



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF**

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS**

**A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA: UMA
ANÁLISE DOS PRODUTORES DE ABACAXI DE SÃO FRANCISCO DE
ITABAPOANA**

LEÍZIA CRESPO ROSSI

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

FEVEREIRO - 2021

A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS PRODUTORES DE ABACAXI DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

LEÍSIA CRESPO ROSSI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Dr. Paulo Marcelo de Souza

CAMPOS DOS GOYTACAZES

FEVEREIRO – 2021

A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS PRODUTORES DE ABACAXI DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

LEÍSIA CRESPO ROSSI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Dr. Paulo Marcelo de Souza

BANCA EXAMINADORA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
SECRETARIA ACADÊMICA/REITORIA

10

DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aluno: Leislá Crespo Rossi Matrícula: 201814120048

Programa: Políticas Sociais

Orientador: Paulo Marcelo de Souza

Área/Linha: Participação e Regulação/Estado, Sociedade, Meio Ambiente e Território

Título: A agricultura familiar e suas formas de resistência: uma análise dos produtores de abacaxi de São Francisco de Itabapoana

Resultado final:

APROVADO

REPROVADO

Data da defesa: 25/02/2021

Resultado final adiado em razão de:

MODIFICAÇÕES

NOVA DEFESA

Prazo: _____ (3 a 6 meses)

Banca examinadora:

Membro	Título	Assinatura
Paulo Marcelo de Souza (Presidente)	D.Sc.	
Hiraldo Jose Porciano	D.Sc.	
Rodrigo da Costa Caetano	D.Sc.	
Vanusa da Silva Pereira Hey	D.Sc.	

Observações:

A participação dos professores Vanusa da Silva Pereira Hey, D.Sc., Hiraldo Jose Porciano, D.Sc. e Rodrigo da Costa Caetano, D.Sc. aconteceu por videoconferência segundo Resolução CPPG 01/2016.

em 25/02/2021

Renata Maldonado da Silva

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

Dedico este trabalho ao meu pai (in memoriam), minha mãe exemplo de mulher aguerrida e aos meus amados filhos pela força e motivação

AGRADECIMENTOS

Aos minha mãe que mesmo não compreendendo o significado de um curso de mestrado sempre esteve ao meu lado incentivando do jeito dela a não desistir.

Aos meus filhos que são a minha força diária e meu amor incondicional.

Ao amigo André Nogueira pelo incentivo para que pudesse embarcar nessa “odisséia” pelo conhecimento.

À cidade de São Francisco de Itabapoana, ao qual tenho muita gratidão pelo que sou hoje como profissional e ser humana.

Ao meu orientador, Paulo Marcelo, pela dedicação e por todas as conversas e debates que me ajudaram.

À AMPROAC, Associação de Moradores e produtores agrícolas de Carrapato, São Francisco de Itabapoana, em especial todos os colaboradores da pesquisa.

A todos os professores que participaram da minha formação.

À Ana Paula, secretária do PPGPS, que me auxiliou nos momentos em que a burocracia se fez presente e necessária.

À professora Renata Madonado, atual coordenadora do PPGPS e a professora Denise Terra, ex coordenadora pelo trabalho de excelência.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF e à CAPES pelo espaço e pelo financiamento.

RESUMO

A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA: uma análise dos produtores de abacaxi de São Francisco de Itabapoana, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2021.

O presente trabalho aborda a Agricultura Familiar no município de São Francisco de Itabapoana, estado do Rio de Janeiro, buscando compreender e analisar a percepção dos produtores abacaxi da localidade de Carrapato, acerca dos efeitos (positivos ou negativos) advindos do processo de modernização agrícola; as dificuldades que enfrentam e os mecanismos que adotam para contorná-las. Nesta perspectiva, **visando contribuir** para um debate em torno da agricultura familiar, fez-se necessário um diálogo com a literatura que discute o processo de modernização agrícola no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e ainda, as reações do estado e dos movimentos sociais diante das mudanças. **Optamos** por uma leitura crítica dessa realidade que se subscreve **para entendemos** como se dão as formas de resistência da agricultura familiar em meio as dificuldades de inserção ao padrão agrícola (tecnológico) vigente.

Palavras Chaves: Agricultura familiar; modernização da agricultura; resistência.

Com
e con
Leisa,
primei
soluci
os pro
Apres
conclu
Quant
seque
da ter
ser di
abran

LISTA

ABSTRACT

FAMILY AGRICULTURE AND THEIR FORMS OF RESISTANCE: an analysis of pineapple farmers in São Francisco de Itabapoana, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, 2021.

The present work addresses Family Agriculture in the municipality of São Francisco de Itabapoana, state of Rio de Janeiro, seeking to understand and analyze the perception of pineapple producers in the locality of Carrapato, regarding the effects (positive or negative) arising from the agricultural modernization process; the difficulties they face and the mechanisms they adopt to get around them. In this perspective, in order to contribute to a debate around family farming, it was necessary to have a dialogue with the literature that discusses the process of agricultural modernization in Brazil and in the state of Rio de Janeiro and also, the reactions of the state and social movements in the face of changes. We opted for a critical reading of this reality that is subscribed to understand how the forms of resistance of family farming occur amid the difficulties of insertion to the current (technological) agricultural pattern.

Key words: Family farming; modernization of agriculture; resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa do município de São Francisco de Itabapoana

Figura 2 Localização de São Francisco de Itabapoana e rodovias de acesso

Figura 3 Microrregião de Campos dos Goytacazes

Figura 4 Distritos de São Francisco de Itabapoana

Figura 5 Densidade Demográfica de São Francisco de Itabapoana

Figura 6 Distribuição do PIB por setores econômicos de São Francisco de Itabapoana (2009)

Figura 7 Distribuição da área e do valor da produção entre os estratos de área em São Francisco de Itabapoana

Figura 8 Percentual de minifúndios na agricultura familiar dos municípios do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** Consolidação das participações do PIB por setor de atividade nos municípios (2009)
- Tabela 2** Crescimento da renda per capita na microrregião de Campos dos Goytacazes
- Tabela 3** Rendimento nominal mensal da população
- Tabela 4** Série histórica IDH-M São Francisco de Itabapoana
- Tabela 5** Distribuição dos estabelecimentos agrícolas de São Francisco de Itabapoana
- Tabela 6** Principais produtos agropecuários de São Francisco e participação dos segmentos familiar e não familiar
- Tabela 7** Distribuição da terra na agricultura familiar de São Francisco de Itabapoana
- Tabela 8** Indicadores de uso de tecnologia na agricultura familiar - Rio de Janeiro, Norte fluminense e São Francisco de Itabapoana
- Tabela 9** Condição dos agricultores familiares em relação às terras em São Francisco de Itabapoana
- Tabela 10** Estabelecimentos que usam financiamentos - Rio de Janeiro, Norte fluminense e São Francisco de Itabapoana
- Tabela 11** Acesso à assistência técnica entre os agricultores familiares - Rio de Janeiro, Norte fluminense e São Francisco de Itabapoana
- Tabela 12** Objetivos Específicos e Procedimentos Operacionais Correspondentes
- Tabela 13** Características dos entrevistados
- Tabela 14** Categorias trabalhadas na entrevista
- Tabela 15** Como as perguntas foram distribuídas por categorias
- Tabela 16** Trechos da entrevista transcrita
-

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 - DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA À EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO..... 17

- 1.1. A modernização da agricultura no Brasil: características e impactos sobre a agricultura familiar17
- 1.2. Surgimento da categoria agricultura familiar na agenda das políticas públicas no Brasil: conceituações e características25

CAPÍTULO 2 - AGRICULTURA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE AVANÇOS, RETROCESSOS E RESISTÊNCIA30

- 2.1 Política para agricultura no Brasil e a evolução dos movimentos sociais rurais voltados a agricultura familiar.....30
- 2.2 Uma discussão sobre extinção versus resistência da agricultura familiar no Capitalismo46

CAPÍTULO 3 - ALGUNS ADENDOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA.....50

- 3.1 Características presentes na agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro50.
- 3.2 A agricultura familiar no município de São Francisco de Itabapoana53
 - 3.2.1 *Informações gerais sobre São Francisco de Itabapoana*....54
 - 3.2.2 *Algumas características gerais sobre a agricultura de São Francisco de Itabapoana*.....61

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE PESQUISA.....69

- 4.1 Área de estudo e público-alvo67
- 4.2 Procedimentos para coleta de dados67
 - 4.2.1 *Entrevista semi estruturada*68
 - 4.2.2 *O uso de observação não participante*.....69
 - 4.2.3 *A Combinação de técnicas e o rigor da coleta de dados*....69
 - 4.2.4 *Procedimentos analíticos*70

CAPÍTULO 5 – DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	72
5.1 - Das dificuldades que os agricultores encontram na agricultura familiar	75
5.2 - A importância das políticas públicas na promoção desse agricultores	77
5.3 - Da importância do associativismo para os agricultores.....	78
5.4 - Dos mecanismos que adotam para contornar as dificuldades e permanecerem no campo.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
APÊNDICES.....	88
ANEXOS.....	89

INTRODUÇÃO

Na década de 1960 iniciou-se, no Brasil, o processo de modernização agrícola, sob viés desenvolvimentista. Esse processo trouxe um considerável aumento na produção agrícola, acentuando a exportação e contribuindo para um crescimento da economia nacional. Porém, se apresentou de maneira excludente, beneficiando apenas parte da produção, em especial aquela destinada para exportação, atendendo ao interesse da elite rural. Além disso, causou grandes impactos sócioeconômico e ambientais.

As tecnologias fomentadas pela política agrícola no processo de modernização eram direcionadas, basicamente, para a expansão do complexo agroindustrial e não foram completamente absorvidas pelos pequenos produtores. Além disso, houve favorecimento de determinadas regiões, produtores e produtos, para os quais essa modernização se voltou. No Estado do Rio de Janeiro por exemplo, o fenômeno de desruralização foi muito intenso, e é marcado pelo esvaziamento econômico e demográfico. Veremos mais, desses impactos trazidos pelo processo de modernização logo no primeiro capítulo, e ainda, o surgimento da categoria agricultura familiar na agenda das políticas públicas na década de 1990.

No segundo capítulo, veremos como a modernização agrícola impactou a agricultura familiar e o percurso traçado pelo estado e pelos movimentos sociais diante das transformações no campo – da resistência, das **conquistas** e dos retrocessos. Ainda, apresentaremos um conceito de resistência contemporâneo que possa explicar a sobrevivência da agricultura familiar em meio as dificuldades existentes, sobretudo, a falta de políticas agrícolas que atuem pensando as particularidades de cada região, de cada cultura/cultivo.

No terceiro capítulo buscamos aproximar-se do objeto de estudo que está situado no estado do Rio de Janeiro, na cidade de São Francisco de Itabapoana: produtores de abacaxi da localidade de Carrapato e pertencentes a AMPROAC – Associação de Moradores e Produtores agrícolas de Carrapato. Veremos características da agricultura no estado do Rio de Janeiro e do município pesquisado. Para tal caracterização utilizaremos dados extraídos do SINDRA –

Comer
Gosta
delimit
fazer
Outra
criar u
mostra

Comer

Sistema IBGE de recuperação automática onde consta o Censo Agropecuário 2006.

No quarto capítulo apresentaremos a metodologia de pesquisa de campo, seguida do quinto e último capítulo onde será descrita e interpretada tal pesquisa. Trata-se de um percurso que visa atingir o objetivo principal deste trabalho que é compreender e analisar a percepção dos produtores de abacaxi da localidade de Carrapato, acerca dos efeitos (positivos ou negativos) advindos do processo de modernização agrícola; as dificuldades que enfrentam e os mecanismos que adotam para contorná-las.

CAPÍTULO 1 - DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA À EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRA

1.1 A modernização da agricultura no Brasil: características e impactos sobre a agricultura familiar

A agricultura brasileira inicia seu processo de modernização em meados de 1960 com a chamada Revolução Verde¹ que objetivava o aumento da produção e produtividade agrícola mundial (LEMES *et al.*, 2007). Conforme, aponta Teixeira (2005) é o início de um novo modelo econômico, pautado no objetivo de substituir o modelo de substituição de importações pela modernização do setor agrário e formação do Complexo Agroindustrial. Este processo foi impulsionado por uma visão desenvolvimentista, corroborado pelo período de ascendência econômica conhecido como o “milagre econômico” durante os governos militares, gerando a demanda pela modernização do campo que era tido como um setor atrasado e rudimentar.

O processo de modernização agrícola no país se justifica, segundo Teixeira (2005, p.23) *apud*, Brum (1988) através dos seguintes argumentos: 1) elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro; 2) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência; 3) necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra; 4) possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país.

Teixeira (2005) destaca ainda, que a modernização agrícola se tornou necessário dentro do contexto de urbanização e industrialização em andamento, pois, era preciso produzir alimentos e produtos para exportação, visando o controle da balança comercial do país. Nesse sentido, quem saiu ganhando foi o capital internacional, através das empresas multinacionais, com

¹ O padrão moderno da Revolução Verde, impulsionada pela tecnologia incentivada pelos Estados Unidos, espalhou-se por vários países, levando consigo a esperança de resolver os problemas da fome, mas em pouco tempo, a emoção das “grandes safras” cederia lugar a uma série de preocupações relacionadas aos problemas sociais, econômicos e ambientais (EHLERS, 2008).

interesses em manter o setor rural cada vez mais subordinado aos recursos por elas produzidos.

Dentro do contexto de valorização da indústria, para Delgado (2005), a agricultura, apesar de não ser o foco, deveria ser estimulada com a finalidade de promover condições para o desenvolvimento da indústria, ou seja, a modernização da agricultura não foi um processo isolado, ela estava vinculada a uma conjuntura política e econômica na qual o país estava inserido.

Mas, quais as principais características e impactos da modernização agrícola no Brasil, sobretudo para os agricultores familiares, segundo alguns dos autores que abordam essa temática? Vejamos alguns enfoques:

De acordo com Graziano et al (1982, p.26), o conceito de modernização agrícola vem sendo abordado por duas tendências de interpretação. Segundo o autor, quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas por técnicas “modernas”, porém, modernização significa mais que isso. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo o processo técnico da agricultura, vai se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção.

Corroborando para essa análise, Almeida (1997b, p. 39) in Balsan, incorpora quatro elementos ou noções sobre modernização da agricultura.

(a) *a noção de crescimento* (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) *a noção de abertura* (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) *a noção de especialização* (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) *o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo* e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

Segundo Graziano (1985) essa nova fase da agricultura veio para cumprir determinados objetivos muito mais vinculados ao crescimento econômico do que o desenvolvimento do país, em outras palavras veio “servir ao grande capital”. Deste modo, “a expansão da agricultura ‘moderna’ ocorre concomitante a constituição do complexo agroindustrial, **modernizando** a base técnica dos meios de produção, **alterando** as formas de produção agrícola e

gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na ‘modernização da agricultura’, são eivadas de desigualdades e privilégios” (BALSAN, 2006, p.125)

Sobre os efeitos ambientais especificamente, Balsan (2006. p.141) destaca que “o processo de modernização agrícola, se por um lado aumentou a produtividade das lavouras, por outro, levou a impactos ambientais indesejáveis”. Os problemas ambientais mais freqüentes, provocados pelo padrão produtivo monocultor foram: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos.

Algumas outras características da modernização agrícola, são apontadas por Delgado (2009):

(1) o crédito agrícola subsidiado que se concentrou nas regiões Sul e Sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais existentes; (2) privilegiou principalmente os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária (houve uma queda do número de estabelecimentos com menos de 50 ha); (3) favoreceu basicamente os produtos agrícolas destinados à exportação, o que, juntamente com o aumento da relação preços das exportações/preços dos produtos alimentares, provocou um acentuado desequilíbrio na relação entre produção para exportação e produção para alimentação, piorando a distribuição de renda no meio rural; (4) a modernização da agricultura esteve intimamente associada a uma onda de internalização do que na época se chamava de “complexo agroindustrial”, com liderança das empresas multinacionais, num processo que foi também chamado de “industrialização (e internacionalização) da agricultura” ou de “revolução verde”; (5) promoveu um violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o Sudeste e o Sul foram responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970.

Pensar de forma mais crítica sobre as tendências do “novo mundo rural”, trazido pela modernização agrícola, requer:

(...) que se volte o olhar para esta realidade que, ao mesmo tempo em que tem colocado uma classe da sociedade com o que há de mais moderno na agricultura e pecuária, contraditoriamente, deixa outra, como os agricultores familiares, ou seja, a maioria dos produtores rurais, cada vez mais distantes de tais inovações. É esta categoria que se apresenta cada vez mais próxima do limite de sobrevivência que, atualmente, tem merecido maior preocupação por parte políticas governamentais, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um “novo mundo rural”. Entretanto, é uma utopia buscar o desenvolvimento local sustentável quando refletimos sobre a

idéia de que muitos agricultores familiares são privados até mesmo das condições dignas de sobrevivência. (BALSAN, 2006, p.125):

Seguindo a mesma visão, Graziano (1999) nos diz que, a modernização agrícola ocorreu de maneira parcial, no sentido de atingir alguns produtos, em algumas regiões (que se tornariam os principais centros econômicos do país), beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo.

Corroborando ainda, Balsan (2006, p.21) utilizando-se do pensamento de Gerardi (1980) diz que: “o conceito de modernização é relativo e adquire expressão espacial e temporal. Espacial, porque distingue agricultores em graus variados de modernização, num mesmo lapso de tempo e, temporal, porque a mesma agricultura pode “evoluir” de tradicional à moderna no decorrer do tempo. Dentro dessa perspectiva o autor relaciona as principais barreiras que explicam a diferenciação regional da modernização. São elas: (1) *Barreiras psicológicas* onde a avaliação que o agricultor faz do grau de riscos e incertezas que ocorrerão por conta da adoção da técnica moderna; (2) *Barreiras econômicas* onde a adoção de técnicas modernas depende do capital que o agricultor tem para investir; (3) *Barreiras culturais ou de informação* onde a falta de conhecimento ou a falta de cultura impedem ou dificultam a expansão da modernização.

Outro impacto trazido pelo modernização diz respeito ao processo de especialização da agricultura em grande escala que fez crescer as monoculturas voltadas à economia externa. Foi o que aconteceu, segundo Soares (2000) com a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo e o cacau no Nordeste, o café, o algodão e a cana-de-açúcar no Sudeste e o arroz, o trigo, a soja e a uva no Sul. Esse processo de especialização vem ocasionar, segundo Balsan (2006) uma fragilidade ambiental, econômica e social no meio rural - A fragilidade ambiental é marcada pela perda da biodiversidade e erosão genética; a fragilidade econômica conduz à dependência de mercados globalizados para o combate ao praguejamento e uso intensivo do solo e à *fragilidade social* trazem como característica a sazonalidade do emprego agrícola no Brasil, especialmente em algumas culturas como, por exemplo, a

da laranja e da cana-de-açúcar, e ainda, faz evoluir a “velha” estrutura fundiária concentradora e excludente, conforme, complementa Graziano (2000).

Ocorre ainda, além da especialização na agricultura, “o processo de precarização do trabalho no campo onde a mecanização e a utilização de agroquímicos veio ainda, diminuir a necessidade de mão-de-obra permanente, ao mesmo tempo em que os trabalhadores volantes (bóias- frias) vêem sua oferta de trabalho diminuir cada vez mais e acabam se sujeitando a duros turnos no campo por diárias cada vez mais irrisórias.” (BALSAN, 2006, P.). Como resultado, podemos afirmar que intensifica-se a pobreza no campo e as desigualdades.

Segundo, Graziano (2000) as condições econômicas, sociais e políticas no país com o processo de modernização agrícola que se apresentará, trouxe disparidades entre diferentes classes sociais: de um lado as classes menos favorecidas e marginalizadas, como os agricultores com baixo poder aquisitivo, pequenos proprietários e agricultores familiares com área restrita e de outro as camadas mais ricas que se apropriavam da renda total.

As condições econômicas, sociais e políticas apontadas por Graziano (2000) no processo de modernização agrícola veio promover a intensificação da pobreza no campo e como resultado o êxodo rural que segundo, Martine (1987, p. 59) se deu devido: “O descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo”. Já para Balsan (2006) o êxodo rural foi fruto da decadência da economia rural, do endividamento de muitos agricultores, da deterioração dos preços agrícolas, da redução do espaço físico, da inadequação da legislação trabalhista, entre outros.

Outro impacto da modernização agrícola em destaque diz respeito às fronteiras agrícolas, e nessa temática Delgado (1985, p. 207) enfatiza que: “[...] grandes incorporações territoriais são feitas principalmente na fronteira agrícola, com vistas a uma estratégia de longo prazo de valorização patrimonial e/ou de utilização produtiva”.

Wanderley (2014) destaca que, a integração das fronteiras deflagra o surgimento de conflitos pela terra e a desarticulação das tradicionais relações de posse. Fragilizados pela ausência de titulação jurídica de suas posses, os camponeses sofrem as consequências da concentração fundiária, que é a face mais aparente do capital que se impõe por meio de grandes empresas agropecuárias. É por esta razão que a modernização agrícola brasileira é também denominada “*conservadora*” por alguns autores.

Ainda, sobre a ocupação das “novas” fronteiras agrícolas na visão de Guimarães (1979, p. 242): “o que se viu foi o monopólio da terra, o sistema latifundiário ditar suas próprias regras, passando a vigorar desde logo o mais desenfreado banditismo, sob o comando de grileiros a serviço dos grandes açambarcadores de terras nacionais e estrangeiros para quem foram canalizados os benefícios de vultuosos investimentos da infra-estrutura feitos com o dinheiro público.”

Sobre o papel do mercado e do estado no processo de modernização agrícola, importante saber que: “a capacidade de sobrevivência dos pequenos produtores passa a ser determinada pelos mercados de produtos e insumos. (...) Ainda, o crédito agrícola teve papel fundamental na dependência do setor produtivo agrícola em relação ao setor produtivo de insumos” (BALSAN, 2006, p.135). Nesse sentido, “a agricultura passaria a exercer uma nova função: a criação do mercado para a indústria de insumos agrícolas” (EHLERS, 1999, p. 38 in Balsan, 2006, p.136).

Sobre o estado, além da criação do crédito subsidiado, podemos destacar ainda: “os incentivos fiscais à exportação; as minidesvalorizações cambiais e a criação da Embrapa e da Embrater². Contudo, das políticas

² Silva *et al.* (1983) explicam que a EMBRATER (criada em 1975), assim como a EMBRAPA para a pesquisa, reformulou a extensão rural no Brasil. Sua finalidade era transferir tecnologias agropecuárias já desenvolvidas para os produtores rurais. Sua atuação está intimamente vinculada ao crédito rural, visto que ele permite a adoção das tecnologias características da modernização. (...) Em ambos os casos os agricultores familiares foram excluídos dos benefícios, isso porque a pesquisa era direcionada para os produtos, em especial aqueles destinados à exportação e que não faziam parte do grupo de produtos fruto da agricultura familiar. A extensão era direcionada a um grupo específico, os grandes produtores, aqueles que tinham acesso ao crédito, terra e produziam para a exportação.

adotadas, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, permitiu a promoção de crédito abundante e subsidiado até 1976 - Esse foi o carro-chefe desse modelo.” (DELGADO 2009). Esse período foi de grande prosperidade para o setor agrícola nacional, com aumento do comércio internacional e melhoria dos preços agrícolas para exportação.

Apesar dos avanços, em uma visão mais crítica Graziano (1981) pontua que as políticas estatais de estímulo à modernizações implantadas, como exemplo o crédito agrícola, não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, ou seja, foram políticas focalizadas e excludentes. O fato é que estas políticas desenvolvidas fortaleceram o domínio do latifúndio que foi sempre privilegiado. De forma prática, o fortalecimento do latifúndio permitiu que os grandes proprietários tivessem maiores facilidades de acesso a crédito, assistência técnica, tecnologia, e mercado externo; enquanto que os pequenos produtores foram relegados a ocupar as terras menos férteis, onde continuaram com práticas tradicionais para a agricultura de subsistência, ou com a produção de um pequeno excedente para comercialização (MARTINE, 1990; BALSAN, 2006).

Cabe-nos através desses destaques sobre as principais características e impactos trazidos pela modernização agrícola, concluir que, este novo modelo econômico implantado no país não foi “inovador” estruturalmente. Conforme, aponta Martine (1990), o novo modelo apoiava-se na “velha” oligarquia rural preocupada com as tensões no campo geradas pelos movimentos sociais e nos setores mais modernos do capital urbano interessados na ampliação do seu raio de atuação. Ainda, a estrutura fundiária não se modificou e se tornou, conforme, aponta Teixeira (2005) o maior entrave para o desenvolvimento agrícola, pois, as propriedades (a maioria improdutivas) continuavam altamente concentradas e nas mãos de uma minoria.

Corroborando com tudo dito, Graziano (1985, p. 27) vai nos dizer o seguinte: [...] “a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura,

que ocorre vinculado às transformações gerais na sociedade brasileira”, transformações estas, que impactam diretamente aos “pequenos agricultores”.

Em um contexto mais contemporâneo no Brasil, Fernandes (2001) aponta que o capital no campo está atualmente relacionado ao que Davis e Gondeleberb (1957, p. 2) definiram por meio do termo *agrobusiness*, que viria a ser “a soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição de insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas.” Assim David e Gondeleberb caracterizaram todo o processo a montante e a jusante da produção na terra, além de explicarem a crescente relação e dependência entre indústria e agricultura, em que a última se torna cada vez mais capitalizada. Desta forma, o conceito agronegócio passou a ser apropriado como nomenclatura utilizada para os setores mais capitalizados dentro da economia agrária capitalista, aqueles marcados pelo uso de tecnologia, logística, cadeias produtivas, implementos agrícolas modernas e alta produtividade.

Apesar dos aparentes avanços que a agricultura capitalista possa apresentar em um primeiro momento, Fernandes (2001) aponta que o agronegócio seria apenas a faceta moderna dos antigos latifúndios considerados pouco produtivos, símbolos de atraso, marcados pela exploração dos trabalhadores e responsáveis pela manutenção de uma extrema concentração de terras. Por outro lado, Oliveira (1991) sugere que o agronegócio exerce, ainda, os mecanismos de territorialização e monopolização do território, criando um circuito em que as relações capitalistas avançam pelo campo tomando-o e impondo sua racionalidade, ao mesmo tempo em que centraliza os meios de produção e de poder.

Para Fernandes (2001) a territorialização do capital é um processo que ocorre de formas plurais, podendo ser concretizado por meio da expulsão das populações do campo, empurrando-as ao trabalho nas cidades e nas indústrias, ou ainda transformando-as em trabalhadores rurais assalariados; pela apropriação direta feita por aquisição de terras e detenção de sua propriedade enquanto se implanta a monocultura e a transforma em

característica comum ao campo; por expansão de propriedades. Além disso, Fernandes aponta que este processo de territorialização da agricultura capitalista pode se dar também por meio da aquisição de terras para “reserva”-cultivadas somente em época de alta de preços para certas culturas, quando não, utilizadas como pasto. Já no mecanismo de monopolização, o capital domina o campo sem precisar se territorializar, pois recria as relações de produção existentes e cresce junto a elas. É desta forma que o capital cria as condições para a exploração de pequenos proprietários, seja por meio de arrendamentos, seja por meio das relações contratuais de produção e compra efetuadas entre agricultores e empresas em termos desiguais de troca, que eventualmente poderiam resultar na falência dos primeiros e na posterior apropriação de suas terras (ROSS, 2008). Estes dois mecanismos permitem a imposição da lógica produtiva e territorial convenientes à expansão capitalista e à sua capacidade de reestruturação do território e das relações nele estabelecidas (FERNANDES, 2001).

Assim, a introdução do Capitalismo no campo modificou o uso da terra, as bases técnicas de produção e o tipo de integração com outros setores da economia, e transformou a agricultura e a vida dos que dela sobrevivem, criando um modelo homogeneizante. Este conjunto de fatores é que torna o sistema de produção capitalista inviável em longo prazo para os camponeses, por ser altamente concentrador, desigual, e por prejudicar a sobrevivência da diversidade social e a preservação do ambiente natural (DUARTE, 2012).

1.2 Surgimento da categoria agricultura familiar na agenda das políticas públicas no Brasil: conceituação e características

Nos anos 1990, a categoria “agricultura familiar” foi adotada pelo próprio estado, ao formular um vasto programa de apoio aos agricultores, cuja atividade estivesse organizada pela e para a família. Inspirava ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades.

Para Netto *et al.* (2010) o cenário que se constitui no processo de reconhecimento da agricultura familiar nos anos de 1990, enquanto, grupo destinador de políticas públicas é bem diferente da que norteou os debates nas

décadas de 1950, 1960 e 1970. O que demonstra é uma tentativa de diferenciação nas políticas adotadas pelo estado para intervir nesse setor. As políticas públicas para o meio rural não estão mais voltadas para a expansão das fronteiras agrícolas, o fornecimento de mão de obra para a indústria, entre outras. Nesse novo panorama se discute que a questão agrária necessita de políticas públicas multifacetadas, com ações direcionadas para grupos específicos e regiões específicas, além daquelas de caráter macro, atingindo um maior número de beneficiários em mais regiões do país.

O reconhecimento tão tardio dessa categoria de agricultores talvez possa indicar para muitos que essa categoria é de formação recente, porém a origem dos agricultores familiares é muito anterior ao seu reconhecimento formal por parte das instituições governamentais.(MERA E DIDONET, 2010). Na verdade, o fato de a agricultura familiar ter ficado tanto tempo esquecida pelo governo não significa que a agricultura em si não ocupasse importante papel nas preocupações governamentais. A política agrícola brasileira, em substância, afirma Denardi (2001), sempre foi decidida em consonância com os interesses dos grandes produtores que se posicionavam de forma central nas políticas governamentais agrícolas durante muito tempo, tanto que, historicamente construiu-se no país uma valorização da agricultura monocultura e latifundiária, percebida como modelo ideal para o sucesso econômico da atividade agrícola. Ainda hoje os membros da “bancada ruralista” possuem um forte poder de decisão no país.

Com relação às contribuições teóricas na delimitação do conceito de agricultura familiar: elas estão divididas entre os diversos autores, através de duas linhas de pensamento: a primeira, sendo aquela em que entende a agricultura familiar como uma categoria recente, resultante de transformações nas sociedades capitalistas, para a qual não há sentido buscar suas origens no campesinato. Abramovay (1992) sustenta esta posição ao argumentar que a agricultura familiar é capaz de ser altamente integrada incorporando avanços técnicos e respondendo às políticas governamentais - não pode ser caracterizada como camponesa, pois o camponês estaria ligado a um resquício

feudal que tornaria sociedades camponesas incompatíveis ao ambiente econômico onde imperam relações mercantis.

Já a segunda vertente teórica de análise da agricultura familiar se relaciona ao fato de que a sua constante evolução acarreta transformações na vida do agricultor familiar moderno, mas que estas, entretanto, não representam uma ruptura definitiva com formas sociais anteriores, mas sim a manutenção de tradições que fortalecem sua capacidade adaptativa às novas exigências sociais. Nesse aspecto, Lamarche (1993) e Wanderley (1999) defendem que a agricultura familiar, enquanto um conceito genérico, sustenta facetas múltiplas, sendo o campesinato uma delas. Além disso, Lamarche e Wanderley argumentam que os agricultores familiares trazem consigo muitos de seus traços camponeses anteriores, sobretudo com relação às dificuldades para sobrevivência e reprodução, exemplificados pela falta de apoio estatal, de crédito e de boas terras para ocupação, dentre outras questões.

Para além das delimitações conceituais, Delgado (2009) fala sobre a identidade social dos pequenos agricultores que se constitui, a partir de 1990 e os fatores que contribuíram para o fortalecimento dos movimentos sociais. São eles: 1) a perda da relevância política dos assalariados rurais; 2) maior participação e complexidade política dos pequenos agricultores; 3) a falta de crença na modernização conservadora, juntamente com o surgimento de questões mais complexas sobre a agricultura, como a construção de um novo modelo de desenvolvimento, considerando questões como o meio ambiente, comercialização e tecnologias produtivas; e 4) o crescimento das reflexões dos intelectuais sobre a importância da agricultura familiar para um desenvolvimento rural mais democrático e inclusivo.

De forma mais “concreta”, o reconhecimento da agricultura familiar, conforme destaca, Picolotto (2012) se deu com a criação de instituições e políticas públicas específicas de apoio e estímulo a esse modelo de agricultura (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995), secretarias de governo orientadas exclusivamente para trabalhar com a categoria (como a Secretaria da Agricultura Familiar, criada em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em

1998). Promulgou-se a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006) que reconheceu oficialmente a agricultura familiar como profissão no mundo do trabalho e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar (como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF). Além do mais, a elaboração de um caderno especial sobre a Agricultura Familiar com os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) contribuiu para evidenciar a importância social e política dessa categoria de trabalho.

Sobre o reconhecimento legal da categoria através da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006³ destacamos o Art. 3º da lei onde é possível observar os aspectos que determinam a condição de agricultor familiar, perante o Estado para ter acesso as políticas públicas:

I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III– tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV– dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo Carneiro (1999), para que a atividade agrícola possa assumir o caráter familiar, a propriedade e o trabalho devem estar intimamente ligados à família, entretanto, a utilização da mão-de-obra familiar não é o elemento central de tal caracterização. A autora também afirma que, nessa estrutura pode-se recorrer ocasionalmente à contratação do trabalho assalariado externo. Para que a noção familiar seja mantida em uma determinada produção, exige-se que ao menos um membro da família seja ao mesmo tempo administrador da produção e trabalhador, contrariando a noção oficial que prevê a predominância da mão-de-obra familiar. Sobre o PRONAF, maior programa até então voltado aos pequenos agricultores, Carneiro (1997), fala da sua importância dizendo que o programa elege como categoria social de foco das ações, a agricultura familiar, tornando-a protagonista no processo de

³ <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>

desenvolvimento rural. Para a autora, o conceito de desenvolvimento vai além do mercado, incorporando questões como sustentabilidade, educação, saúde e proteção ambiental. (...) pode-se identificar nessa política “uma lógica produtivista, sustentada na tecnificação e na realização de um rendimento para o agricultor que lhe possibilite não apenas melhorar seu padrão de vida, mas, reembolsar os investimentos públicos”.

Reafirmando a importância do PRONAF, Gazolla e Schneider (2013) destacam que, a partir desse programa outras políticas e programas importantes para o processo de integração entre os agricultores familiares e o Estado foram projetados, demonstrando uma nova face das políticas públicas para o campo. Alguns exemplos desses novos eixos de relação são: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a lei da Agricultura Familiar; o Seguro Rural; um novo modelo de assistência aos produtores, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que existia desde os anos 1950, sendo reformulado com o objetivo de comprar alimentos dos agricultores.

Schneider (2006) destaca outro elemento identificado nesse período de meados da década de 1990: a retomada dos estudos rurais e agrários no Brasil. Esses estudos eram de pouco interesse para os pesquisadores brasileiros, contudo, voltou-se a analisar não somente a agricultura e a produção agrícola, como também, o meio rural *latu sensu*. Esse novo foco de discussão possibilitou ampliar as temáticas dos estudos, adicionando questões como a reforma agrária, os impactos do progresso tecnológico e das migrações, a temática ambiental e da sustentabilidade, agricultura familiar e a dinâmica ocupacional da população rural. A alteração nos estudos que se apresenta é a observação do espaço rural, não mais como um sinônimo de atividade agrícola, mas como um espaço de relações diversificadas. A pluriatividade é apresentada como um exemplo emblemático dessa mudança.

Com relação às características comuns dos agricultores familiares que se apresentam, a partir do reconhecimento da categoria, Feliciano (2006) argumenta que a agricultura familiar possui segmentos bastante distintos entre si, o que abarca uma ampla gama de agricultores, desde os mais

capitalizados, tecnificados, ligados a cooperativas e ajustados às necessidades do mercado, até aqueles com condições mínimas de existência, que plantam para ter o que comer. Diante disso, diferentes categorizações foram desenvolvidas para fins de compreensão e de ilustração das diferentes realidades da agricultura familiar. Esta multiplicidade de categorias trouxe desafios que acarretaram na necessidade de uma operacionalização do termo para tornar possível a criação de diretrizes e políticas públicas para os agricultores familiares.

Estes foram alguns dos avanços apresentados, contudo, cabe-nos analisar a inserção da categoria agricultura familiar na agenda de políticas públicas, através de outros vieses, sobretudo, mais críticos dessa realidade e das experiências que se formaram após esse reconhecimento. Ainda, compreender a consolidação da agricultura familiar, dentro do contexto de modernização agrícola no país.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE AVANÇOS, RETROCESSOS E RESISTÊNCIA

2.1 Política para agricultura no Brasil e a evolução dos movimentos sociais rurais voltados a agricultura familiar

Para iniciarmos nossas reflexões no campo da evolução da agricultura no Brasil, faz-se necessário entendê-las em suas bases teóricas fundamentais. Utilizaremos inicialmente o autor Sampaio Jr. (2012) para exposição de tais concepções e os condicionantes históricos que deram as bases sociais e políticas para o desenvolvimentismo, momento pelo qual a agricultura se destaca no Brasil.

Segundo Sampaio Jr (2012), "o desenvolvimentismo foi uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que acreditavam em um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional. As concepções "partiam do suposto de que as estruturas que bloqueavam o desenvolvimento capitalista nacional eram produto de contingências históricas que poderiam ser superadas pela 'vontade política' nacional". A meta para tal, de desenvolvimento estava direcionada a industrialização, a superação da dependência imperialista e do subdesenvolvimento e a adoção de reformas

estruturais. Sobre a ênfase dada a industrialização nacional, nos governos que assumiram a perspectiva desenvolvimentista, segundo Sampaio Jr (2012) culminaram:

(...)a organização de centros internos de decisão, a formação da *intelligentsia* nacional, a consolidação de projetos nacionais que orientassem a ação da política econômica e o desenvolvimentismo como expressão de uma consciência crítica sobre a natureza dos problemas nacionais faziam parte de um mesmo processo, cujo sentido histórico estava indissolivelmente relacionado com o desfecho da revolução burguesa no continente nas décadas de 1950 e 1960.

Nessa perspectiva desenvolvimentista o governo brasileiro segue nos anos de 1950 adotando, sob recomendação internacional a estratégia de industrialização por substituição de importações como uma tentativa de superar a defasagem que separava o Brasil das economias capitalistas industrializadas. Nesta “estratégia *nacional-desenvolvimentista*, o Estado atua como agente produtivo por meio da criação de infraestruturas estatais; agente financeiro, promovendo a transformação da estrutura industrial; articulando os capitais privados nacionais e internacionais e formulando e executando políticas macroeconômicas e setoriais, privilegiando a constituição de uma economia industrial (Delgado, 2010)”.

Todavia, no início da década de 1960 essa estratégia apresentou sintomas de crise em razão das dificuldades no abastecimento alimentar interno, do aumento da inflação, do esgotamento da capacidade de importar bens necessários à industrialização do país (que, por sua vez, demandava investimentos em exportações para criar divisas) e da emergência de críticas ao padrão dependente e excludente seguido pela industrialização (Delgado, 2010).

Ainda, o regime militar em 1964, como afirma Sampaio Jr.(2012), “jogou por terra os sonhos desenvolvimentistas”, pois, sedimentou-se como uma sociedade mercantil antissocial, antinacional e antidemocrática. Ainda, a superexploração do trabalho tornou-se estratégia de acumulação do capital. Mas, tarde essa concepção recebeu novos aportes de revisão, no qual, não iremos nos deter neste momento e sim, suas repercussões no campo rural e as insatisfações a ele recorrente.

No campo rural a crise desenvolvimentista repercutiu

fundamentalmente por lutas de pequenos agricultores "posseiros", "foreiros" e "arrendatários" que passaram a se organizar e resistir às ameaças de sua expulsão da terra por proprietários ou pretensos proprietários. Essas lutas formaram base para a criação das primeiras organizações de trabalhadores rurais nos anos 1950. São elas: as Ligas Camponesas as Associações de Lavradores e os sindicatos já nos anos de 1960. Todos estes movimentos sociais, tendo em comum a mesma bandeira de luta no campo: a "reforma agrária". Contrapondo-se a esta opção e sustentada pelas elites agrárias e por militares que tomaram o governo federal, outro referencial setorial foi institucionalizado no Brasil, orientado pela modernização tecnológica da agricultura. (Grisa & Schneider 2014 *Apud* Grisa, 2014; Delgado, 2005).

Após o golpe militar de 1964 as nascentes organizações rurais sofreram forte repressão. mas, as lutas por terra persistiram, embora atualizadas pelas novas configurações das políticas governamentais: como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de infraestruturas. Por cerca de 20 anos, este foi o referencial setorial predominante que orientou as ações do Estado no setor agrícola e pecuário – configurando o que Delgado (2001) denominou de "política agrícola ativa", uma política de caráter seletivo, beneficiando principalmente os médios e os grandes agricultores. atingindo diretamente os pequenos agricultores, de modo a expulsá-los do campo substituindo-os pela tecnologia emergente. Esse processo de êxodo rural não foi dado por um movimento de atração exercida pelo setor urbano-industrial em expansão, mas, pela repulsão da falta de alternativas de sobrevivência no campo. Aos muitos que permanecem até os dias de hoje, "pelejam" no desamparo de políticas públicas eficazes que considerem os aspectos heterogêneos das diversas realidades espalhadas por todo país. Esse processo ficou conhecido por alguns autores como "modernização conservadora", pois, não veio a beneficiar e até mesmo dificultar o desenvolvimento de grupos de agricultores e trabalhadores que não participavam da dinâmica favorecida pelo

governo. A saída das áreas rurais correspondia alternativas de empregos temporários, sem garantias trabalhistas e sob a marca da precariedade ou então ao emprego precário nas grandes cidades, uma vez que as transformações tecnológicas no setor industrial e de serviços exigiam uma mão de obra com um certo grau de qualificação.

Segundo Grisa & Schneider (2014) Apud Delgado (2005) a direção econômica hegemônica no Brasil neste período estava baseada no pensamento funcionalista norte-americano que definia funções para a agricultura com o objetivo de alcançar o “*desenvolvimento nacional*”. As seguintes funções seriam destinadas à agricultura: liberar mão-de-obra para a indústria; ofertar alimentos; suprir matérias-primas para as indústrias; elevar as exportações agrícolas; e transferir renda para o setor urbano. Dentre as medidas governamentais para agricultura destacam-se: os incentivos fiscais à exportação e as minidesvalorizações cambiais. Contudo, das políticas adotadas, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965 permitiu a promoção de crédito abundante e subsidiado até 1976.

Não há dúvida que esse período foi de grande prosperidade para os setores agrícolas de grande porte. Houve o aumento do comércio internacional e melhoria dos preços agrícolas para exportação – “O Brasil como celeiro do mundo”, mas, apesar dos avanços trazidos no período, ainda persistiam a existência de estabelecimentos agrícolas economicamente precários por todo território brasileiro. E mesmo com o empenho governamental de incentivos à produção, muitos ainda não conseguiam acessar aos benefícios bancários disponibilizados, sendo considerados fora dos padrões de mercado vigente – os chamados “pobres do campo”. Ainda, a integração econômica das fronteiras agrícolas ao modelo econômico dominante, segundo Wanderley (2014) deflagra o surgimento de vários conflitos pela terra e a desarticulação das tradicionais relações de posse. Fragilizados pela ausência de titulação jurídica de suas posses, os pequenos agricultores sofrem as consequências da concentração fundiária, que é a face mais aparente do capital que se impõe por meio de grandes empresas agropecuárias. É por esta razão que a modernização agrícola brasileira é também denominada “conservadora” .

Medeiros (2000) destaca que em meio as fragilidades sofridas, sobretudo, pelos pequenos agricultores surgem os primeiros movimentos de resistência⁴ no meio rural e é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214, de 02 de março de 1963) – primeiro texto legal que reconhece os trabalhadores como sujeitos de direitos trabalhistas, passíveis de serem reclamados em justiça. Ainda, a luta de resistência ganha novas bandeiras, através da articulação, em especial com a região Norte do país. A autora destaca que: “Agora a luta por terra é também a luta pela preservação das matas nativas, condição para a reprodução econômica e social dos que viviam do extrativismo, mesclando os traços tradicionais da questão agrária com a da questão ambiental.” É o caso do movimento dos "seringueiros".

Mas, é no processo de redemocratização do país, segundo aponta Wanderley (2014) que se institucionaliza, tais movimentos, que puderam assim, a partir de então, construir publicamente suas análises da realidade brasileira em oposição às visões até então dominantes e formular suas demandas políticas e suas estratégias de luta. Da mesma forma, o Estado também inicia um processo de democratização em suas diversas instâncias, que o torna mais apto a acolher as demandas da sociedade, amparadas nos novos preceitos constitucionais.

Os conflitos sociais rurais no Brasil nos anos de 1980 e 1990 se intensificam e a luta pela terra ganha visibilidade através da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), assim como o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, o Conselho Nacional dos Seringueiros e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estes, atualizam o tema da reforma agrária associado a questão econômico, social e político dos pequenos agricultores rurais sob o viés do "modelo de desenvolvimento sustentável", conforme destacam, Grisa & Schneider (2014): com objetivos ou ênfases distintas, as ações destes atores sociais tornaram visíveis as precárias condições de reprodução social dos pequenos produtores e, cada vez mais, reclamaram a intervenção do Estado

⁴ Resistência entendida como reação coletiva. (grifo nosso)

na construção de políticas públicas adequadas às suas particularidades, destacando-se a reforma agrária e o crédito rural.

Torna-se importante ainda, analisarmos o contexto conjuntural onde o Estado brasileiro se situava nesse período - O processo de liberalização econômica sob referenciais neoliberais. Mudanças macroeconômicas visando enfrentar a crise política e financeira das décadas de 1980 e 1990.

O neoliberalismo trouxe a redução da intervenção do Estado, desregulamentação das atividades econômicas, privatização de companhias estatais, liberalização dos mercados, entre outros. No caso da agricultura, o neoliberalismo trouxe, conforme aponta, Grisa & Schneider (2014):

(a) a liberalização comercial e o desmonte do modelo de intervenção do Estado prevalente até a década anterior, implicando em redução do volume de recursos aplicados nas políticas agrícolas, liquidação da política de formação de estoques reguladores e queda nas tarifas de importação de produtos alimentares e algodão;

(b) a criação da Mercosul em 1991, que afetou negativamente sobretudo a produção agropecuária dos estados do Sul, notadamente o setor lácteo, tritícola, vitivinícola e a fruticultura, atividades típicas de pequenas propriedades, que sentiram dificuldades de competir com a produção dos países vizinhos;

(c) a adoção de plano real em 1994, o qual provocou queda da renda real do setor agrícola de 20% a 30% no primeiro semestre de 1995;

(d) a valorização da taxa de câmbio, associada ao grande volume de recursos disponíveis no sistema financeiro internacional e as elevadas taxas de juros domésticas, as quais favoreceram o aumento das importações de produtos agrícolas e o decréscimo das exportações.

Estas medidas ameaçaram as condições de reprodução social e econômica da agricultura familiar, a qual já havia sido afetada pelas consequências da modernização da agricultura. Ainda, segundo aponta Sabourin (2007), “o Brasil adota uma abordagem dualista do setor agrícola separando o apoio à agricultura familiar com a criação do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, do apoio à agricultura patronal, mantido mediante o

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento” - Uma agricultura a duas velocidades: uma capitalista empresarial e uma pequena produção de subsistência, camponesa e atrasada. Essa visão, como destaca o autor foi fortalecida pela oposição cada vez mais radical, institucionalizada no seio do Estado e mantida pela mídia, entre uma agricultura capitalista competitiva e provedora de divisas (qualificada de agronegócio por referência ao *agribusiness* americano) e uma agricultura familiar associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte. A estes, últimos já nos anos de 1990 e início do século XXI como destaca Picolotto (2012) são criadas políticas públicas específicas que contribuíram para evidenciar a importância social e política dessa categoria de trabalho, mas, apesar de alguns avanços os conflitos agrários se acirravam. Lembremos do "Massacre de Corumbiara" em Rondônia 1995 e o "Massacre de Eldorado do Carajás", ocorrido no Pará em 1996. Estes conflitos desencadearam o incremento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) no início do governo Sarney (1985) e a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura que surge, em certa medida, no governo de FHC - Fernando Henrique Cardoso como resposta às pressões oriundas de várias mobilizações sociais.

Uma das principais ênfases da política que então se anuncia com o neoliberalismo, conforme destaca Medeiros (2000) é a inserção dos assentamentos no “mundo dos negócios, através do estímulo a verticalização da produção via linha de crédito especial, obtida através da associação entre o sistema de crédito criado nos anos 1980 para os assentamentos (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – Procera) e o programa para a agricultura familiar (PRONAF). O crédito, no entanto, para os assentados passa a ter as mesmas restrições do PRONAF, programa cujo objetivo é atingir uma parcela dos produtores e não sua totalidade. Sob essa perspectiva, a proposta aponta na direção de produzir novas exclusões no campo. Ainda, diversas tarefas que eram atribuição do governo federal (demarcação dos lotes, estradas, habitação) passam a ser de responsabilidade dos assentados. Uma outra medida significativa é a introdução de mecanismos de mercado para

obtenção de terras. A lógica de mercado nos governos desenvolvimentistas colocou fim a qualquer possibilidade de uma reforma agrária planejada, visto que ela fica submetida aos interesses dos proprietários. Conforme, ressalta Medeiros (2000), sob essa ótica, o poder da propriedade está resguardado, uma vez que a possibilidade de acesso a ela passa a depender do interesse do proprietário na venda. O Estado nesse processo passa a funcionar como um ativador do mercado de terras.

Vimos que nesse período ocorreram um aumento efervescente nos movimentos sociais voltados para as questões agrícolas e agrárias. Contudo, o seu aumento não foi proporcional ao aumento dos atendimentos a suas reivindicações. O que constatamos na verdade, é a preparação de um campo propício a emergência de políticas de cunho neoliberal e voltado para uma economia internacionalizada, ou seja, comandada por mercados externos. Quem não se enquadrava a esse quadro era marginalizado, como é o caso dos agricultores familiares incapazes de competir com lógica vigente.

A partir do ano 2000, surge no discurso político os argumentos de viés neodesenvolvimentista. Inaugura-se um período marcado pela retomada do crescimento econômico, pela recuperação do poder aquisitivo do salário, pela melhoria na distribuição de renda, pelo aumento do consumo das famílias, mesmo que pela via do endividamento e o aparente equilíbrio do país perante a crise econômica mundial. Fez-se acreditar que o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento.

A perspectiva neodesenvolvimentista se estreita mais precisamente no segundo mandato do governo Lula, mas, iniciaremos nossos registros já no primeiro mandato em relação as políticas voltadas para agricultura, em especial que repercutiram diretamente ao pequeno agricultor familiar. Tendências já podem ser percebidas e analisadas sob tal perspectiva. Armando Boito Júnior (2012) identifica a conformação dessa frente política com características peculiares que possibilitou, por certo período, o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento nacional, atento a algumas questões sociais:

- a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira; b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder - baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal; c) a frente entretém uma relação de

tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder e e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa - essa é a nossa hipótese de trabalho - o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público (BOITO JR., 2012, p.04).

Com o início do Governo Lula em 2003, inaugura-se um forte referencial setorial focado em políticas sociais e assistenciais. Com um tempo esse referencial passou a apresentar certas contradições referentes à sua origem e aos seus propósitos. Por um lado, representantes da agricultura familiar, gestores públicos e estudiosos passam a reivindicar um "olhar" mais atento do Estado aos grupos vulneráveis da categoria social e do mundo rural e reivindicam políticas sociais para estes. Por outro lado, este mesmo referencial passou a ser reivindicado por representantes do setor denominado politicamente como agronegócio.

Sob o referencial de políticas sociais adotado como estratégia de governo no período que circunscreve, convém analisarmos, conforme perspectiva crítica que "Toda política social atende a demandas do trabalho, mas, é também funcional às requisições da expansão do capital" (Silva, 2013). Assim o governo que se segue atua sob aliança política com os setores mais conservadores da política nacional, e ainda, com o apoio e participação de vários partidos e movimentos sociais situados mais à esquerda do espectro político.

Como descreve Sabourin (2007), em matéria de agricultura e de desenvolvimento rural, o presidente Luís Inácio Lula da Silva foi eleito na base de um importante programa de reforma agrária, de defesa da agricultura familiar e de luta contra a pobreza no campo. Nomeou como ministros da Agricultura, do Desenvolvimento e do Comércio, três grandes proprietários também patrões de agroindústrias, os quais adotaram uma política a favor da agricultura patronal e de apoio às exportações agrícolas, particularmente agressiva. Foram amplamente apoiados pelo Ministério das Relações Exteriores que foi a origem da criação do grupo dos 21 nas últimas rodadas da

Organização Mundial do Comércio (OMC). A dualidade da política agrícola brasileira introduzida pelo segundo governo Cardoso foi assim mantida, institucionalizada e até exacerbada, pelo menos nos discursos. Apesar de alguns pontos não terem mudanças estruturais no que se referem a condução política e econômica, muitas iniciativas foram criadas com o governo Lula. Contudo, convém destacar, conforme Medeiros (2000) que nesse período as políticas públicas contou com a participação, em destaque de atores vinculados ao debate da segurança alimentar e nutricional, assim como organizações agroecológicas, entidades da agricultura familiar, gestores públicos e estudiosos da agricultura familiar, segurança e abastecimento alimentar. Atores, até então marginais nas arenas públicas tornaram-se protagonistas, dentre estes principalmente aqueles atuantes nos temas relacionados.

As três secretarias do MDA foram confiadas ao Partido dos Trabalhadores, a SRA à Contag, a SAF à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), o INCRA ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a SDT às cooperativas da agricultura familiar. Esse tipo de repartição apresentou limitações, segundo Sabourin (2007):

Primeiro, por que pôde-se discutir se isso permitia ao governo federal assegurar a condição de uma política pública de maneira neutra e de garantia de princípios e prioridades; - Segundo, o mais preocupante é o aparecimento de vieses corporativistas na medida em que esses movimentos estão em concorrência para constituir suas bases sociais e para mobilizar mais recursos: - Terceiro, além da concorrência entre programas do mesmo ministério destinados ao mesmo público, cada secretaria tem uma tendência natural a impor o seu modelo de desenvolvimento da agricultura familiar. Existe, portanto um risco sério de ver coexistir, em tensão, três políticas parciais em lugar de uma só, declinada de maneira diversa e flexível, em função das situações ou a partir de verdadeiras negociações técnicas com os representantes regionais e locais dos agricultores familiares.

A agricultura familiar agora com referencial orientado para a construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade se insere no Programa Fome Zero - 2003⁵. Estas ideias culminaram ainda, na

⁵ O Programa Fome Zero partiu da premissa do direito humano à alimentação e do diagnóstico de que este não estava sendo efetivado em razão da insuficiência da demanda, da incompatibilidade dos preços dos alimentos com o poder aquisitivo da maioria da população e da exclusão da população pobre do mercado. Para alterar este cenário, foi proposto um conjunto de políticas estruturais que visavam melhorias na renda e o aumento da oferta de alimentos básicos, ou seja, era preciso mudanças na "ponta" da produção, conferindo prioridade à agricultura familiar, e na "ponta" do consumo, de preferência articulando-as. (MEDEIROS, 2000)

criação em 2003 do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado com o objetivo de articular a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar para a população em vulnerabilidade social e, em 2004 emerge o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), visando estimular a produção e compra de oleaginosas da agricultura familiar.

Ainda que, as políticas públicas voltadas para o campo tenham seguido tendências neoliberais no Governo Lula, podemos deslumbrar um certo aumento, sobretudo, no que se refere aos créditos para a agricultura familiar, mas, apenas representaram 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal. (Sabourin, 2007). Grande parte desses créditos eram disponibilizados por modalidades, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Os esforços de diversificação das modalidades de crédito, a exemplo do PRONAF, não correspondem a uma análise da diversidade da natureza e dos modos de produção das agriculturas familiares e camponesas. Eles se traduzem por duas tendências, segundo nos mostra Sabourin (2017): (I) uma segmentação em função do patrimônio com um teto de crédito por tipo de produtor (mais ou menos precário, mais ou menos integrado ao mercado); e (II) uma segmentação por categoria de público-alvo (mulheres, jovens, etc.) que arriscam dividir – em vez de fortalecer – a coesão da unidade familiar.

Segundo, Sabourin (2007) ainda, o debate da atuação do PRONAF gira em torno de duas teses, uma redutora e outra parcial, pois, ambas ignoram alternativas vivas existentes país adentro. São elas: A *primeira tese* passa pela promoção de “um agricultor familiar inovador e pequeno empresário, cada vez mais integrado ao mercado internacional ou a nichos de mercados segmentados por meio da qualificação dos produtos;” e a *segunda tese* “considera que o desenvolvimento do capitalismo agrícola e o grau de globalização da agricultura brasileira tornaram-se tais que a solução da reforma agrária e do apoio à agricultura camponesa está superada.

Sobre o PRONAF, destaca, Sabourin (2007):

(...) nunca permitiu a instalação de pequenos produtores competitivos, porém pôde se justificar no governo como política social de combate à pobreza, de ressocialização das populações rurais desarraigadas ou excluídas do campo pela modernização da agricultura. Essa tese

aproxima-se muito da visão neoliberal do setor do *agribusiness* e se reencontra na parte rural do programa Fome Zero.

Criticamente, Sabourin (2007) relata, ainda que “a visão hegemônica do sucessado *agribusiness*, politicamente construída pela bancada ruralista conservadora, conseguiu introduzir efeitos perversos de inspiração neoliberal no seio dos programas principais do governo Lula para o campo da agricultura (...).” O autor propõe a hipótese de que o PT – Partido dos trabalhadores e seus aliados nos movimentos sociais não dispunham de propostas alternativas sólidas ao modelo neoliberal. O interesse se volta exclusivamente à indústria, à produção em larga escala, ao mercado, ao *business*. Sobre esse contexto, Sérgio Sauer aponta que:

Esse contexto e as estratégias de legitimação resultaram no uso corrente e dominante do termo agronegócio como um processo de modernização tecnológica excludente e de apropriação e/ou concentração da terra e da renda, associando o conceito ao modelo agropecuário dominante adotado com a implantação da Revolução Verde. Esse termo expressa, consequentemente, um antagonismo político e simbólico à agricultura familiar ou camponesa, considerando-a uma forma arcaica e pouco eficiente de produção e cultivo da terra, especialmente pela não incorporação de certa racionalidade técnica (2008, p.23).

Outra destaque dado no governo petista foi a abordagem territorial e participativa que foi retomada e ampliada pelo governo Lula via PDSTR - Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Essa abordagem tem como objetivo contribuir para constituir espaços de diálogo entre organizações locais, sociedade civil, municípios e serviços do Estado de maneira a levar em conta as dinâmicas locais, as prioridades e especificidades dos atores locais. Seria a base para o desenvolvimento sustentável. “A negociação e a gestão de projetos territoriais sustentáveis fundam-se na implementação de mecanismos de interação entre a ação pública do Estado e a ação coletiva das populações rurais por meio dos conselhos de desenvolvimento sustentável.”(Sabourin, 2007)

Um dos principais desafios da abordagem territorial “seria fortalecer a capacidade dos atores da agricultura familiar para contribuir de maneira ativa à definição e implementação de projetos e de instrumentos de políticas públicas territorializadas” (Sabourin, 2007). Ainda, a experiência mostra, conforme descreve autor, que a sociedade civil e o setor privado estão mais acostumados

a relações horizontais e o Estado e seus serviços encontram problemas para abandonar o eixo de decisão vertical. Estes, associado a outros como a indisponibilidade de mecanismos de controle, de monitoramento ou de avaliação dos projetos, falta de poder de decisão dos pequenos agricultores dentro dos conselhos e outros seriam alguns dos entraves da abordagem territorial.

A intenção do MDA é promover um desenvolvimento territorial a partir de práticas de democracia participativa que implicam a participação de todos os setores envolvidos na elaboração e apropriação de um projeto comum, formalizado num plano. A maioria dos problemas vem, justamente, do déficit de projeto comum ou da capacidade para fazer emergir tal projeto. No momento, a prioridade setorial é dada ao apoio à agricultura familiar, segmento que, por natureza, não é objeto de muitos interesses nem de fortes polêmicas, fora o caso da reforma agrária (Sabourin, 2007).

Em uma análise crítica, a experiência da abordagem territorial vêm mostrando a perversidade da visão neoliberal da descentralização. Essa visão tem levado, segundo Sabourin (2007) “a uma fragmentação dos poderes locais, contribuindo para fragilização de antigos espaços de resistência ou de negociação historicamente e socialmente construídos”. O futuro do enfoque territorial dependerá, sobretudo, da possibilidade de grupos subalternos da agricultura familiar e camponesa assegurarem o poder de decisão.

Ainda, sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil, cabe destacar algumas mudanças observadas, conforme indica Medeiros (2000). Segunda a autora estas mudanças tiveram origem ainda na década de 1990, a partir de uma certa "confluência perversa" entre o projeto neoliberal e o projeto participativo/democratizante.

No debate em torno da dualidade da agricultura brasileira: agronegócio versus agricultura familiar, cabem algumas ressalvas: Trata-se de um debate essencialmente ideológico que tem conseguido mobilizar e opor partidos políticos, movimentos sociais e governo. Trata-se de um falso debate, conforme aponta, Sabourin (2007). Segundo o autor este, vêm sendo manipulado de uma e outra parte, já que esses dois segmentos contribuem, na

sua maioria, para as mesmas cadeias. Trata-se de um discurso, segundo Schneider (2006), ao mesmo tempo populista e elitista, e que contamina o verdadeiro debate que termina sendo minoritário no seio dos movimentos sociais, ou seja, aquele que deveria discutir uma política adaptada à diversidade das agriculturas familiares e camponesas do Brasil. A política agrícola que se constituiu apoia majoritariamente os agricultores capazes de se integrarem ao mercado capitalista e reservar um tratamento social (bolsa-família, ajuda alimentar) aos segmentos menos dependentes do mercado capitalista, por meio do combate à pobreza.

O que se tendência com essa visão parcial da agricultura familiar supracitada é o desprezo a diversidades locais, de capacidades de acesso aos mercados, ao crédito, à capacitação e à inovação. Ignora-se a herança de vários sistemas camponeses locais que garante ainda a reprodução das suas unidades familiares graças à sua autonomia e a flexibilidade de adaptação às demandas de mercados. Como bem destacado por Sabourin (2007), as estatísticas oficiais e os estudos sobre cadeias produtivas não levam em conta o papel do autoconsumo e da redistribuição não monetária e não mercantil na consolidação da segurança alimentar. Essa visão limitada ao mercado capitalista internacional ignora os efeitos positivos da venda direta, feiras locais, mercados dos produtores e feiras agroecológicas em termos de abastecimento e de alimentação de qualidade para a população das cidades, sobretudo as pequenas e médias. Em outras palavras, para o autor, há uma tendência de direcionamento dos instrumentos de políticas públicas em favorecer a um único modelo de agricultura familiar, e contraditoriamente, traz argumentos ao cenário, numa perspectiva neoliberal e conservadora ao tratamento social da agricultura familiar e camponesa chamada de “os pobres do campo”, os que estão a margem ou os periféricos. Estes programas assistencialistas e segmentados têm por efeito transformar camponeses mais ou menos autônomos em cidadãos de segunda classe, dependentes da ajuda alimentar e social.

Alguns mecanismos visando o desenvolvimento rural reduzindo-se o efeito da concorrência capitalista são apontados por Sabourin (2007):

Construção científica e histórica das bases brasileiras de um projeto renovado de agricultura camponesa pela via Campesina; uma agricultura familiar e camponesa mais autônoma; reconhecimento pelas políticas públicas de situações e de sistemas de produção diferenciados; criação de instrumentos que possam contribuir para a reprodução de unidades baseadas no autoconsumo e na venda local de excedentes; reconhecimento e apoio aos dispositivos coletivos de agricultores assegurando, gratuitamente, a gestão de recursos comuns ou a produção de bens públicos; diversificação das relações de mercado e de produção, através da promoção da diversidade dos mercados potenciais, locais, de proximidade, regionais e nacionais; criação de mercados internos politicamente protegidos; promoção a qualificação dos produtos agrícolas em função da origem, do processamento ou de especificidades locais e diversificação dos instrumentos de redistribuição fundiária.

Sobre a questão fundiária, a expectativa por parte dos movimentos populares era de que novos e melhores horizontes se desenhasssem rumo à reforma agrária, principalmente, com Lula como presidente. Apesar das políticas de apoio à agricultura familiar melhorarem qualitativamente, em relação as condições de manutenção dos assentamentos, não se viu uma política que avançasse efetivamente na perspectiva de uma reforma agrária justa e igualitária no país. Com uma política de conciliação de classes, as empresas do agronegócio foram grandes beneficiárias da política agrária.

O MST que sempre esteve à frente da luta no governo Lula optou por aceitar negociações, em troca de uma certa co-gestão da reforma agrária. Aqui não se tratou da política de reforma agrária sob o viés das bandeiras clássicas dos movimentos sociais do campo, como o acesso à terra por distribuição (e desapropriação) ou acesso à terra pelo mercado, mediante crédito fundiário – ocultou-se, as verdadeiras questões em matéria de desconcentração e de redistribuição fundiária.

Em suma, o governo de Lula, esteve comprometido com o agronegócio e desenvolveu uma política compensatória já que não definiu metas de assentamentos e nem mencionou em seus programas de governo a resolução para o problema histórico e ainda, presente da concentração

fundiária. A reforma agrária mais uma vez, não foi concebida como política de desenvolvimento territorial que visasse romper com as práticas de concentração fundiária forjadas há mais de 500 anos; ela continuou limitada a avançar conforme pressões dos movimentos sociais. Com uma política de conciliação entre classes distintas, o governo Lula manteve o Estado a serviço dos grandes proprietários de terra.

O agronegócio ganhou ainda mais espaço com o governo Dilma (2011-2016). A reforma agrária foi um tema lateral no governo da petista, além de os poucos avanços se restringirem a programas sociais, também compensatórios. Foi também durante o governo Dilma que o Congresso Nacional se mostrou o mais conservador desde a reabertura política, a bancada ruralista se manteve com grande força e legislando para as grandes corporações do agronegócio.

O governo Dilma prezou em sua política agrária pelo desenvolvimento dos assentamentos, com o investimento em assistência técnica e liberação de créditos. O número de desapropriações e a criação de novos assentamentos nos governos de Dilma foram reduzidos em comparação com os governos anteriores. De acordo com o INCRA, no governo FHC foram assentadas 67,5 famílias em média por ano; com Lula, a média foi de 76,7 mil, enquanto que com Dilma a média, por ano, foi de 25 mil famílias que conquistaram um pedaço de terra.⁶

A opção pelo agronegócio é a grande responsável pelos retrocessos no acesso à terra durante os governos tidos neodesenvolvimentistas. Os setores do agronegócio e ruralistas, em conjunto com o Judiciário, atuaram com certa tranquilidade para barrar quaisquer medidas que fossem ao encontro com a reforma agrária.

Para sustentar a opção política e econômica feita em nome do projeto neodesenvolvimentista, foram necessárias medidas por vezes contestadas por setores importantes de seus eleitorados - sobretudo, pelos movimentos populares organizados. Financiamentos facilitados, empréstimos subsidiados, publicidade, cargos públicos, pastas ministeriais e muito mais foi entregue ao

⁶ Dados disponíveis em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>

agronegócio. Uma aposta cara que colocou em jogo as riquezas nacionais, a sobrevivência dos povos tradicionais, a vida dos trabalhadores rurais e até mesmo a coerência ideológica de pessoas que, historicamente, se projetaram enquanto defensores dos trabalhadores e suas lutas.

Em uma análise cronológica, podemos verificar neste momento que os referenciais de políticas para agricultura emergiram em contextos e períodos específicos, subsidiados por mobilizações sociais, conflitos agrários e pela entrada de novos atores e ideias nas arenas públicas. Ideia estas, que permanecem em choque de interesses e uma convivência por vezes não pacífica.

Após o processo de democratização os atores da sociedade civil passaram a ocupar um espaço que, por um lado, lhes confere maior legitimidade e reconhecimento, mas, por outro, cria novos desafios relativos à relação com o Estado e à governança, gestão e administração de suas organizações. Dentro dessa perspectiva de análise, convém pensarmos nos limites e possibilidades das organizações da sociedade civil de confrontar as mudanças conjunturais que venham a surgir como por exemplo, mudanças climáticas, entre outras, e ainda, enfrentar algumas amarras estruturais históricas de melhoria da infraestrutura no meio rural e de restrições ao acesso à terra. Em nada, os governos desenvolvimentistas e também, os considerados neodesenvolvimentistas promoveram a Reforma Agrária, questão social esta, que necessita ressurgir com força nos ideais dos movimentos rurais, em favor, sobretudo, ao pequeno produtor, aos “pobres dos campos”, aos considerados periféricos por não se enquadrarem a lógica capitalista.

O atual modelo societário baseia-se na concentração das riquezas nas mãos de poucos, na acumulação incessante de capital e geração de lucros à custa da vida de muitos trabalhadores e de recursos irreprodutíveis e findáveis, coloca em muitos aspectos uma disputa injusta e desproporcional de projetos. Por um lado, temos um histórico monopólio fundiário que restringe o acesso de boa parte dos trabalhadores brasileiros à própria terra, tendo estes que se submeterem a condições precárias de acesso como é o caso dos arrendamentos. Diante desse quadro, sustentamos que para um

desenvolvimento social, político e econômico sustentável no Brasil é preciso garantias de acesso à terra e à ampliação e fortalecimento da agricultura familiar que é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, além de ser fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com baixa renda.

2.2 Uma discussão sobre extinção versus resistência da agricultura familiar no Capitalismo

Convém-nos apresentar alguns conceitos e reflexões, acerca do conceito de resistência para então, situarmos ao contexto da agricultura familiar no capitalismo. Inicialmente utilizaremos Heckert, (2014) que entende a resistência como uma ação positiva que denota ao ser novos modos de existência. A resistência vai além, do que uma postura de oposição, de reação, de embate.

Os processos de resistência significam não apenas oposição a uma dada situação, mas criação - portanto, afirmação - de práticas sociais diversas e polifônicas, capaz de tecer outras formas de vida que ajam em vez de apenas re-agir. Estas fabricações implicam mutações dos modos de existência, dos modos de organização e sentido da participação política, dos modos de uso da cidade, das formas de organização do trabalho, da produção do conhecimento e das diversas redes de sociabilidade. (HECKERT, p. 477, 2014)

Para Heckert (2014) “os processos de resistência podem apresentar-se de forma sutil, e assim torna-se necessário criar instrumentos de análise que permitam vislumbrá-los em seus processos macro e micropolíticos que as lutas têm sua insurgência”.

Para Certeau (1994, p. 39) “há uma resistência silenciosa que de dentro da lógica do poder, inventa modos próprios de empregar os códigos sociais de uma ordem econômica dominante” Nesse contexto, conforme aponta, Lucas e Hoff (2007, p. 2)

Há, entretanto, um outro modo de constituir a resistência: desenhar linhas de fratura pelo empoderamento discursivo de minorias, apostando que este resgate da autonomia simbólica implique a constituição de novas linhas de força nos dispositivos de poder. A resistência, na sociedade contemporânea, tem um novo modus operandi: por baixo das linhas de poder e nos intestinos da lógica de produção capitalista novos regimes de força são constituídos,

buscando, dentro do possível, interferir nos fenômenos de desigualdade e exclusão

Lucas e Hoff (2007, p.7) ainda, trabalham o conceito de sustentabilidade sócio-cultural dentro dos processos de resistência – esse conceito está calcado na redução daqueles impactos que redundam em desigualdades sociais ou que colocam em risco valores e práticas sociais de comunidades afetadas por modelos de produção e consumo. A sustentabilidade sócio-cultural implica não só valorização de competências e vocações, como também uma aposta no fortalecimento das raízes culturais e das economias locais – por meio de investimentos na agricultura familiar e em novos usos para os produtos da floresta, para citar algumas possibilidades.

Cupelli e Galiuzzi (2005) utilizando do pensamento de Giroux (1986) irá marcar três pontos fundamentais sobre a teoria da resistência:

- (1) As teorias da resistência dão visibilidade não só ao fator econômico, mas consideram também a classe dentro de uma perspectiva cultural, apontando seus estilos, linguagens, gostos, modos de comportamento. Assim, argumenta a possibilidade de uma análise mais detalhada de como os fatores culturais podem fazer parte de um lócus de oposição ou reprodução;
- (2) Esses estudos podem fornecer subsídios teóricos para uma análise política ligada diretamente às classes e seus cotidianos, uma política concreta e que seja inteligível para seus praticantes;
- (3) As teorias da resistência privilegiam um enfoque mais otimista, ressaltam as contradições na própria ideologia dominante e relativizam o “poder” desta, aprofundando o conceito de “autonomia relativa” e da ação criativa das pessoas.

Cupelli e Galiuzzi (2005) apud Giroux (1986) apresenta seus argumentos fundamentais para estabelecer uma Teoria da Resistência dentro de pedagogia crítica radical:

[...] os oprimidos não são vistos como sendo simplesmente passivos diante da dominação. A noção de resistência indica a necessidade de se entender mais completamente as maneiras complexas pelas quais as pessoas medeiam e respondem à intersecção de suas próprias experiências de vida com as estruturas de dominação e coerção. As categorias centrais que emergem da problemática da resistência são a intencionalidade, a consciência, o significado do senso comum e a natureza e valor do comportamento não discursivo [...]

Foucault (1995), concebe a resistência como uma relação de poder ou de forças, que por essa perspectiva é sempre positiva. Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que caracteriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Mas, como nos alerta Foucault (2004, p 277), “estas relações de poder ocorrem, justamente porque há anteriormente possibilidade de resistência: (...) de subterfúgios, de estratégias que inventam a situação (...) Em uma situação em que não há possibilidade de resistência, de embate, de escolha, de subversão, pode-se dizer que aii já não há mais relações de poder. (...) Para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações”. Em outro momento afirma que:

(...) as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável [...] as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência [...]. (FOUCAULT, 2003, p. 232).

Não há um lugar específico para resistência, visto que está inserida nas relações de poder; portanto, é uma prática constante de nossas vidas. Logo, devemos valorizar o plural, dizendo sobre as resistências e não sobre a resistência. Assim, como relações, as resistências participam dos jogos de força, das lutas cotidianas, são mecanismos inerentes à nossa constituição enquanto sujeitos. Dentro desta perspectiva podemos entender como algumas atividades, como exemplo o campesinato não despareceram na sociedade em meio as desigualdades trazidas pelo capitalismo. O capitalismo, na verdade, “não expande de forma absoluta o trabalho assalariado nem

destrói de forma absoluta o trabalho familiar camponês”⁷ (ROSS, 2008). Pelo contrário, o Capitalismo cria e recria o trabalho camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Esse movimento dialético de criação e recriação não é algo somente promovido pelo sistema, mas, fruto também das resistências existentes dentro da própria sociedade.

Estudos de Chayanov (1974) sobre a persistência do campesinato dentro do Capitalismo indicam que é possível encontrar elementos que justificam a permanência e continuidade destes, para além daqueles apoiados unicamente nas diferenças (de viés economicista) que esta categoria possui com relação a outras categorias sociais. A principal característica elencada por Chayanov se refere à predominância do trabalho familiar dentro da produção camponesa, cuja lógica difere dos empreendimentos capitalistas ao valorizar o trabalho como fonte de reprodução familiar e não para a produção de excedentes para o mercado. Além disso, Chayanov ressalta outras características que explicariam a persistência do campesinato, tais como: o acesso estável à terra, o trabalho predominantemente familiar e a autonomia na gestão agrícola. Schneider (1999) corroborando com a mesma concepção adiciona às peculiaridades do campesinato, o fato de que a divisão de suas terras é comumente efetuada, a partir de elementos hereditários, o que implica em um sistema de trocas e de relações compartilhadas que, por este motivo, adquire a conotação de um usufruto coletivo.

Importante percebermos nessa discussão a importância de também, considerarmos nos estudos sobre agricultura (familiares, camponesas e outras) as demais dimensões que formam os arranjos sociais e suas formas particulares, individuais de resistências. Desse modo, os estudos irão privilegiar as diferentes formas de sociabilidade que apontam para a existência de modos diferenciados de produção e de divisão do território em relação àquelas estabelecidos pelo Capitalismo.

⁷ O campesinato neste momento é utilizado de forma análoga a categoria agricultura familiar. Mas, importante saber que, o campesinato é uma forma de agricultura familiar, mas nem toda agricultura familiar é uma forma de campesinato. (... e mental do agricultor é considerado renda para a reprodução social de sua estrutura familiar (WANDERLEY, 1998).

CAPÍTULO 3 - ALGUNS ADENDOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E NO MUNÍCIPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

3.1 Algumas características presentes na agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro

Nos anos de 1960 e 1970 como já vimos, o Brasil passou pelo processo de modernização da agricultura. Esse processo instaura-se um novo padrão tecnológico direcionado a expansão do capital, através das agroindustriais. Vejamos agora a realidade do estado do Rio de Janeiro neste contexto de transformações.

Uma das características do estado do Rio de Janeiro é o forte grau de urbanização, devido ao processo de desruralização que afetou de maneira mais intensa o estado, a partir dos anos 1940. Segundo, Alentejano (2000) o processo de desruralização do estado do Rio de Janeiro é marcado pela perda de influência política e cultural do meio rural. Entre os anos de 1940 e 2000 a população rural diminui 830.000 habitantes.

O reflexo do processo desruralização no estado do Rio de Janeiro teve impacto diretamente na agricultura que vem perdendo espaço no território fluminense ao longo dos anos. Essa atual baixa participação da agropecuária na economia do Rio de Janeiro pode ser observada como um efeito do encerramento dos ciclos de exportação de café e açúcar, respectivamente nas décadas de 1900 – 1930 e de 1970-1980, já que esse fato levou a uma perda do dinamismo econômico por causa da crescente descapitalização e decadência das grandes lavouras (SOUZA *et al.*, 2009). Ainda, somado a essas questões, Casseres *et al.* (2006) diz que o processo de modernização agrícola ocorreu no estado do Rio de Janeiro de maneira distinta e não integrada com os demais estados brasileiros. Existe também uma diferença produtiva entre as regiões onde Pereira *et al.* (2013) destacam que a Região Serrana concentra uma produção mais dinâmica e tecnicamente modernizada, além de apresentar características de outras regiões como o Noroeste Fluminense que tem terras ociosas combinadas a uma produção agrícola mal articulada; no Vale do Paraíba predomina a pecuária extensiva; na região Norte Fluminense há a

cana-de-açúcar e o petróleo; e regiões com intensa especulação imobiliária e conflitos agrários, como a Baía de Ilha Grande, Baixada Litorânea e Fluminense.

Para Carneiro et al. (1998) as políticas públicas aplicadas no país voltados para agricultura influenciaram radicalmente no desempenho agrícola do Estado do Rio de Janeiro, implicando numa heterogeneidade das formas de produção, crescimento das desigualdades entre as regiões e enfraquecimento da participação da atividade na economia fluminense.

Para Souza (2019) sobre as diferenças que se dão nos estados das características agrícolas decorrem:

(...) das mudanças sociais, econômicas, ambientais, institucionais, demográficas que definem os processos de desenvolvimento rural em cada estado da federação ou mesmo internamente a estes. Assim, diferenças territoriais em relação às dimensões antes citadas podem conformar diferentes trajetórias de desenvolvimento, ocasionando uma diversidade de situações no meio rural, sendo algumas marcadas pela forte produção agropecuária e outras marcadas pela forte presença da pluriatividade, por exemplo.

Para a mesma autora entende-se que, no estado do Rio de Janeiro, a tônica do processo de desenvolvimento rural em curso já não esteja calcada na atividade agropecuária, como fora em outrora (como no ciclo do café, por exemplo), mas, sim, nas diferentes funções que o meio rural passou a ter no período recente: lazer (turismo rural, ecológico, cultural), moradia (diante da especulação imobiliária presente nos centros urbanos ou mesmo por opção daqueles que buscam melhor qualidade de vida) e produção de bens ligados a nichos de mercados (produtos orgânicos, artesanais, ligados à agricultura familiar regional). Essas novas funções estão relacionadas à características determinantes presentes no espaço fluminense, mesmo que de forma não uniforme, que são: o relevo acidentado, dificultando a produção agrícola e pecuária, o solo com pouca fertilidade, a tradição turística e o alto grau de urbanização

Outra face característica do estado é como as terras estão distribuídas entre os produtores. Pereira *et al.* (2013) destacam que há um pequeno número de estabelecimentos que somam a metade da área agrícola do Estado, predominando os pequenos estabelecimentos familiares com área

inferior a 10 há, e poucos estabelecimentos com extensão acima de 1000ha. Dessa maneira, a estrutura fundiária fluminense não é baseada na grande propriedade e na grande produção, considerando ainda que a cana-de-açúcar, única atividade praticada em larga escala, é a que apresenta os menores rendimentos.

A região Norte Fluminense (região onde se insere nossa pesquisa), em especial as cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé, estão ligadas à extração de Petróleo, atividade que dinamizou suas economias e afeta economicamente, social e politicamente toda a região da Bacia de Campos (TOTTI; PEDROSA, 2006).

De acordo com Cruz (2006), a região tem sua história marcada pela pecuária e pelo complexo cana-açúcar-álcool. No início da década de 1970, são lançados grandes investimentos na modernização da segunda atividade, com seu ápice sendo o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado em 1975, e terminando a década com o surgimento da produção de petróleo na região. Com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), do Plano de Racionalização da Indústria Açucareira e do Proálcool, o setor sucro-alcooleiro da região Norte recebeu inúmeros subsídios e se fortaleceu. A expansão dessa atividade teve consequências como: eliminação de lavouras de subsistência e culturas tradicionais, aumento no número de trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e em condições precárias de trabalho (CRUZ, 2006; CRUZ, 2004).

Atualmente, a participação dessa atividade no PIB do estado diminuiu em relação a períodos anteriores, parte disso se deve ao fim do IAA e diminuição dos estímulos advindos do Proálcool, além da redução do preço do petróleo, desvalorização da moeda nacional, entre outros (TOTTI; PEDROSA, 2006)

Sobre a produção agrícola no Rio de Janeiro, Pereira *et al.* (2013) salientam que a diversidade climática possibilita uma diversificação na produção, desde culturas tradicionais como a cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz, e também a pecuária leiteira e a pesca, além daquelas atividades em expansão como a olericultura, a fruticultura, a avicultura, suinocultura, entre

outros.

A respeito das atividades agropecuárias, Pereira (2010b) afirma que a prática ocupa 25% da área total do estado. A horticultura e floricultura, lavouras temporárias e permanentes e a produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal ocupam 27% do total da área agropecuária. Pastagens plantadas ocupam aproximadamente 70% e 3% são florestas plantadas e nativas, pesca e outras atividades.

Além da distribuição das terras e a participação da agricultura no estado do Rio de Janeiro, outra informação importante é a ampliação da prática de atividades não-agrícolas no meio rural. A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas apresenta-se como uma estratégia de ampliar a renda familiar e garantir a sua sobrevivência, já que as atividades agrícolas não conseguem absorver parte da mão-de-obra familiar (PEREIRA, 2010b).

Alguns desses aspectos apresentados, assim como outros tantos, demonstram como o estado do Rio de Janeiro guarda particularidades importantes de serem estudadas e consideradas quando objetiva-se entender seu processo de desenvolvimento econômico e modernização da agricultura familiar

3.2 A agricultura familiar no município de São Francisco de Itabapoana

Antes de apresentarmos dados da agricultura do município de São Francisco de Itabapoana, matéria de nosso trabalho, convém-nos apresentar algumas informações socioeconômicas e gerais do município, visando uma maior caracterização do local de pesquisa. Em seguida, mostraremos dados secundários sobre agricultura familiar extraídos do banco de dados do Censo Agropecuário - 2006 (IBGE).

3.2.1 *Informações Gerais sobre São Francisco de Itabapoana*

O município de São Francisco de Itabapoana possui uma área total de 1.122,4 quilômetros quadrados, tendo como limites municipais, no sentido horário: Campos dos Goytacazes, Espírito Santo, oceano Atlântico e São João da Barra. Em 2010, o município contava com uma população de 41.354 habitantes, o que corresponde a 4,9% do contingente da Região Norte

Fluminense (IBGE 2010).

Figura 1 – Mapa do município de São Francisco de Itabapoana



Fonte: DER-RJ (2006)

O município demonstra ser bastante resiliente no quadro socioeconômico, visto que das localidades que abrangem a Bacia de Campos, São Francisco de Itabapoana não recebe royalties como produtor. Enquanto, segundo dados do TCE/RJ (2016), São João da Barra, recebeu, até o ano de 2015, vinte vezes a mais.

Sobre a inserção regional, São Francisco de Itabapoana está situada na região norte-fluminense do estado do Rio de Janeiro, a uma distância de 368 km da capital carioca. O município é atendido pela rodovia RJ-224, que alcança a BR-101 no município de Campos dos Goytacazes e por outra via em leito natural, a RJ-204 e também pela rodovia costeira, a RJ-196.

Veja na figura 2, a localização do município de São Francisco de Itabapoana e as principais rodovias de acesso.

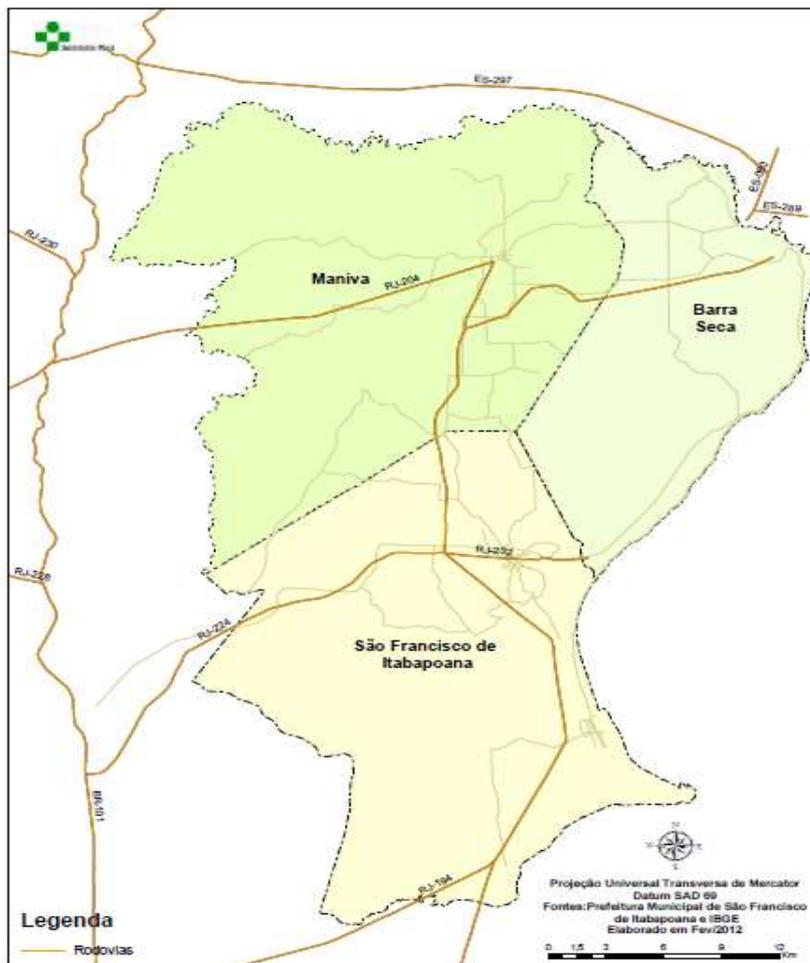


Figura 2 - Localização de São Francisco de Itabapoana e rodovias de acesso

Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana e IBGE

Elaborado por: Instituto Eficácia Brasil

São Francisco de Itabapoana está situada na microrregião de Campos dos Goytacazes. A região é formada por cinco municípios: Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidelis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. A microrregião de Campos dos Goytacazes, juntamente com a microrregião de Macaé, formam a mesorregião do Norte fluminense, com um total de nove municípios.

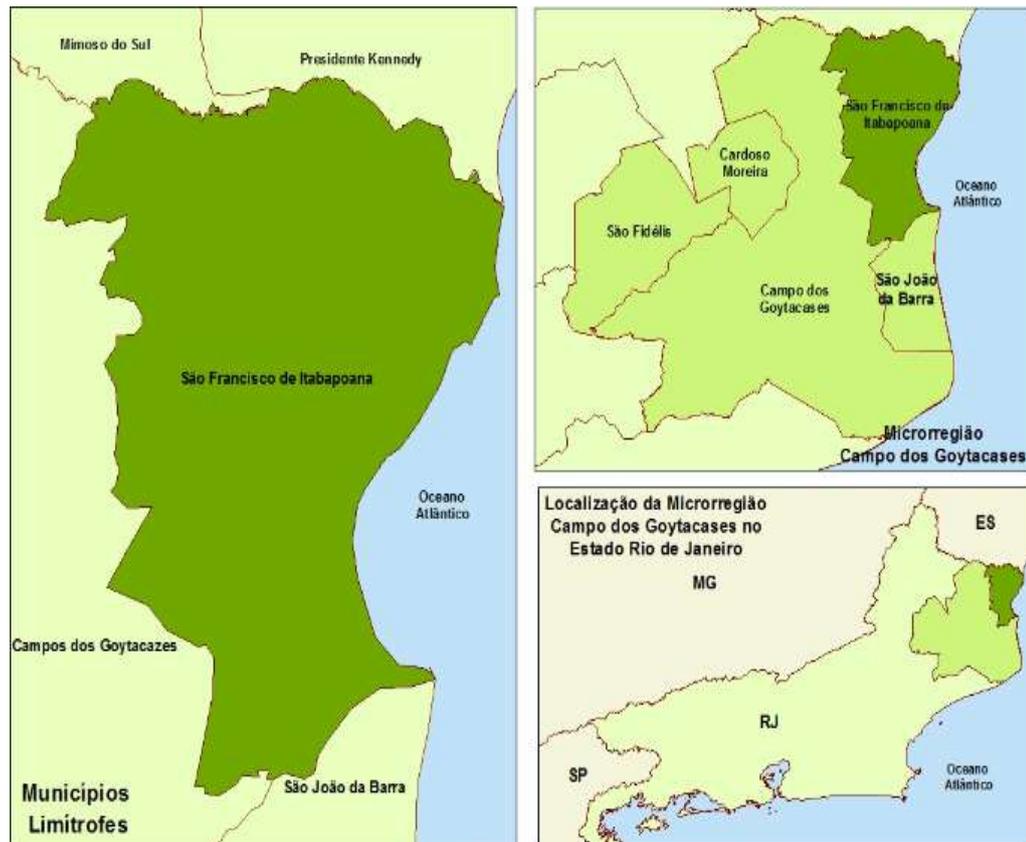
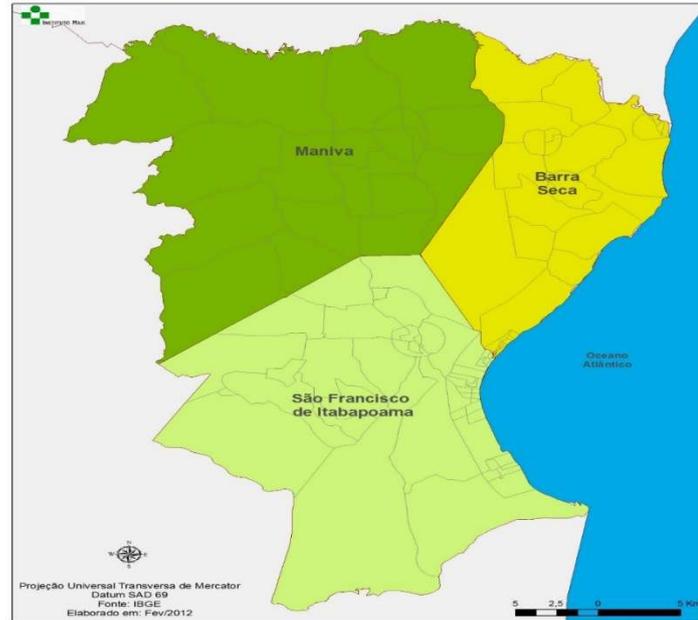


Figura 1 - Microrregião de Campos dos Goytacazes

Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana e IBGE
Elaborado por: Instituto Eficácia Brasil

A microrregião possui uma área de 7.144,833 km² e a densidade populacional é de 77,9 hab./km². É a mesorregião com o maior PIB per capita do estado, devido à exploração de petróleo. Em divisão territorial datada de 15/07/1997, o município foi constituído de três distritos:

- 1º distrito: Sede (São Francisco de Itabapoana)
- 2º distrito: Itabapoana, com sede em Barra de Itabapoana
- 3º distrito: Maniva, com sede em Praça João Pessoa



Mapa 2 - Distritos de São Francisco de Itabapoana
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Elaborado por: Instituto Eficácia Brasil.

São Francisco de Itabapoana é o segundo maior município da microrregião em número de habitantes, superando as cidades de São Fidélis, São João da Barra e Cardoso Moreira.

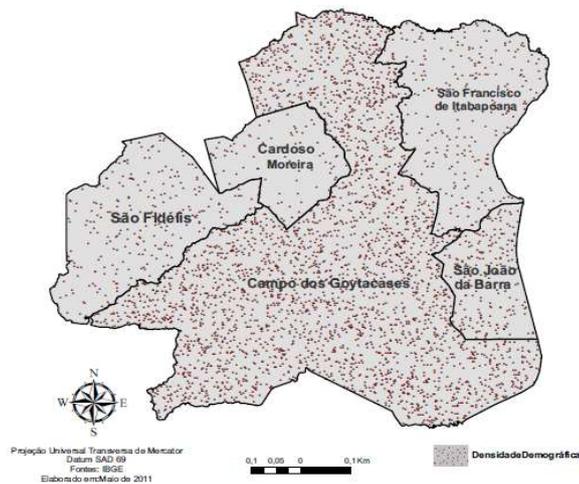


Figura 5 - Densidade Demográfica de São Francisco de Itabapoana
 Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana e IBGE
 Elaborado por: Instituto Eficácia Brasil

O figura abaixo apresenta a participação dos setores econômicos por Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2009.

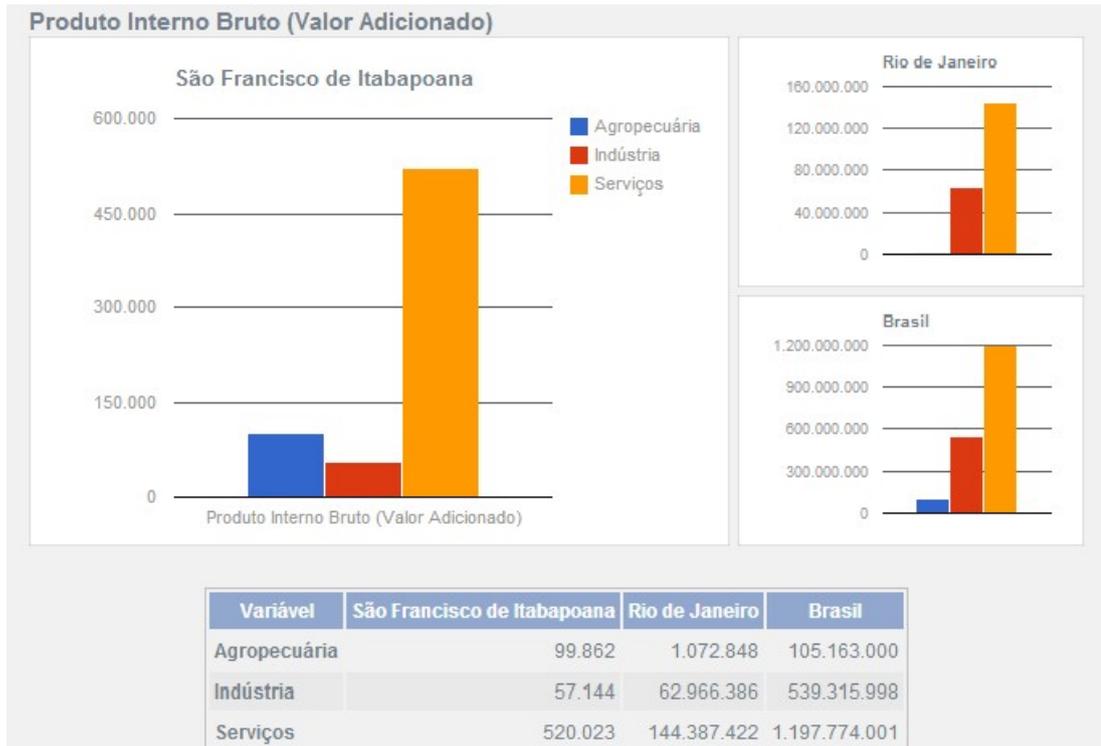


Figura 6 - Distribuição do PIB por setores econômicos de São Francisco de Itabapoana (2009)

Fonte: IBGE

As participações percentuais consolidadas do PIB, por setor de atividade, possibilitam uma melhor leitura da dinâmica econômica dos municípios, é o que veremos na tabela 1 demonstrativa abaixo:

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos
Campos dos Goytacazes	153.939	14.253.209	4.750.591	423.537
Carapeus	6.761	185.045	100.734	7.840
Cardoso Moreira	15.920	71.673	99.269	16.914
Conceição de Macabu	6.245	18.968	141.407	9.034
São Fidélis	26.706	50.756	284.485	19.711
Macaé	36.178	2.489.346	3.499.810	1.031.947
São Francisco de Itabapoana	72.051	32.292	287.981	32.853
Quissamã	23.176	1.533.769	239.192	14.734
São João da Barra	19.481	1.716.037	268.844	35.008

Tabela 1 - Consolidação das participações do PIB por setor de atividade nos municípios (2009)

Fonte: IBGE

Comenta
percentua
Dados de

Comenta
muito dife

Comenta

Os municípios que apresentam uma substancial concentração de suas riquezas no setor industrial – Campos dos Goytacazes, Carapeus, Macaé, Quissamã e São João da Barra – municípios produtores de petróleo. Por ter uma indenização teoricamente garantida, esses municípios não têm se preocupado em desenvolver as atividades de base como agricultura, pecuária e pesca, uma vez que, a participação do setor de atividades de base é muito pequena, se comparada ao setor industrial, e conseqüentemente o percentual de impostos é baixo. Por outro lado, nos municípios não produtores de petróleo, a atividade agropecuária apresenta uma maior relevância relativa no total da riqueza gerada. É o caso de São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira, que apresentam bons resultados.

Analisando a distribuição do PIB em São Francisco de Itabapoana, observa-se que o setor de arrecadação de impostos - 7,65% e secundário – 7,88% possuem a menor participação no município. O terceiro setor é o que mais contribui para o PIB de São Francisco de Itabapoana, sendo responsável por 70,59%, seguido do setor primário com 13,87%.

Sobre renda per capita em comparação com os demais municípios da microrregião, São Francisco de Itabapoana apresentava no ano 2000 a menor renda per capita entre os demais municípios e Campos dos Goytacazes a maior renda per capita da microrregião, seguida de São Fidélis e São João da Barra.

A Tabela 2 mostra o crescimento da renda per capita nos municípios da microrregião entre os anos de 1991 e 2000.

Município	Renda per capita 1991 (R\$)	Renda per capita 2000 (R\$)	Taxa de crescimento da renda (%)
Campos dos Goytacazes	190,56	247,20	129,72
Cardoso Moreira	81,86	166,05	202,85
São Fidélis	151,89	212,84	140,13
São Francisco do Itabapoana	76,60	156,00	203,65

São João da Barra	140,93	177,33	125,83
-------------------	--------	--------	--------

Tabela 2 - Crescimento da renda per capita na microrregião de Campos dos Goytacazes

Fonte: IBGE

De acordo, com o Censo 2010, grande parte da população do município de São Francisco de Itabapoana possui renda de ½ a 1 salário mínimo, conforme a tabela 3 abaixo.

Classes de Rendimento	Total (pessoas)	Homens (pessoas)	Mulheres (pessoas)
Até 1/4 de salário mínimo	973	303	670
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	1.583	797	786
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	10.532	6.193	4.339
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4.247	3.038	1.209
Mais de 2 a 3 salários mínimos	908	705	203
Mais de 3 a 5 salários mínimos	563	406	157
Mais de 5 a 10 salários mínimos	299	239	60
Mais de 10 a 15 salários mínimos	36	25	11
Mais de 15 a 20 salários mínimos	19	14	5
Mais de 20 a 30 salários mínimos	15	13	2
Mais de 30 salários mínimos	4	4	–
Sem rendimento	16.017	5.967	1050

Tabela 3 - Rendimento nominal mensal da população

Fonte: IBGE Cidades – Censo 2010.

Comenta
tabela.
Dados an

Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) outro indicador importante que é formado por três subíndices: renda, educação e longevidade. De acordo, com a classificação da Organização das Nações Unidas (ONU), tem-se: IDH-M até 0,5 – baixo desenvolvimento; IDH-M entre 0,5 e 0,8 – médio desenvolvimento e IDH-M acima de 0,8 – alto desenvolvimento.

A Tabela 4 apresenta os índices do IDH-M no Município de São Francisco de Itabapoana em 2010.

Comenta

Ano	IDH-M Geral	IDH-M - Renda	IDH-M Longevidade	IDH-M Educação
-----	-------------	---------------	-------------------	----------------

	Índice	Índice	Índice	Índice
2010	0,639	0,618	0,791	0,533

Tabela 4 - Série histórica IDH-M São Francisco de Itabapoana

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Comenta
antigos e

Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD da ONU), pelo índice do ano de 2010, São Francisco de Itabapoana está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH-M entre 0,500 e 0,800).

Em relação aos municípios do estado do Rio de Janeiro, São Francisco de Itabapoana apresenta uma situação ruim, ocupando a 91ª posição entre os 92 municípios fluminenses.

3.2.2 Algumas características da Agricultura Familiar de São Francisco de Itabapoana

Como já vimos, os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação ao tamanho da terra e capacidade de produção, mas também em relação às condições do solo, do clima, do acesso à tecnologia, infraestrutura, nível de organização e outras. Vejamos algumas destas características apresentadas no Município de São Francisco de Itabapoana.

Tabela 5 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas de São Francisco de Itabapoana

total de estabelecimento	% dos Estabelecimentos		
	Rio de Janeiro	Norte Fluminense	São Francisco
Total	58493	17573	3494
Agricultura não familiar	14372	3913	714
Agricultura familiar - Lei 11.326	44121	13660	2780

Fonte: Censo Agropecuário 2006
Elaborado pela autora

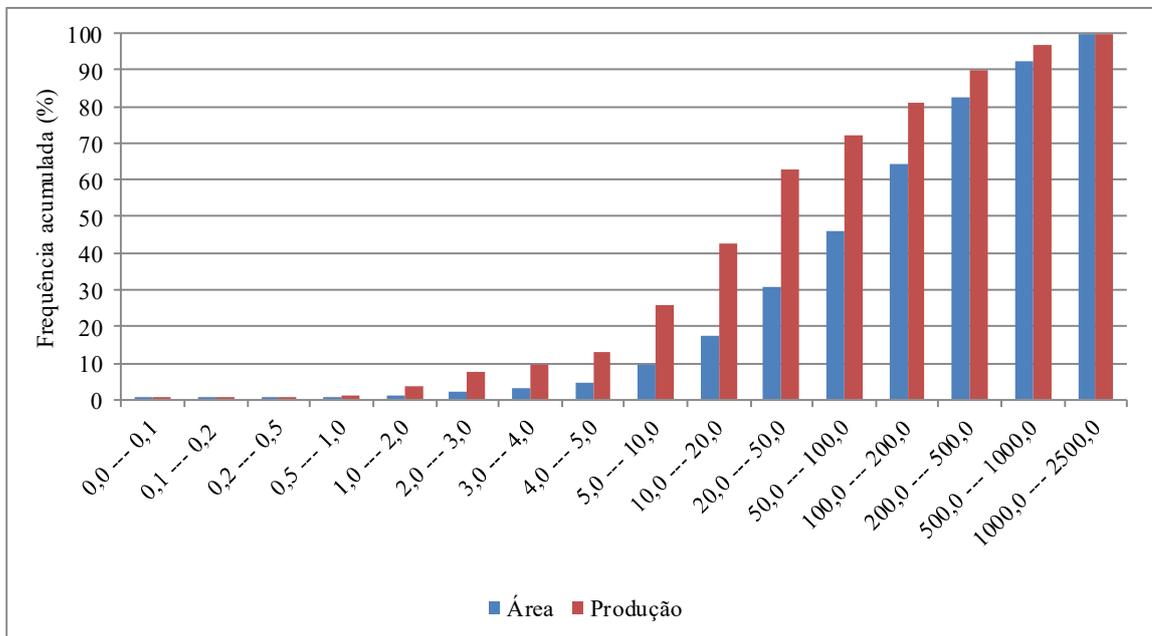
Comenta
atualizado

Observamos que tomando como referências o estado do Rio de Janeiro e a região Norte Fluminense, São Francisco de Itabapoana segue a tendência de maiores quantidades de agricultura familiar do que de agricultura não-familiar.

Distribuição da área e valor da produção

Quando falamos em distribuição por área, os maiores montantes advindos da produção são direcionados as maiores propriedades, conforme, demonstra a figura abaixo. Trata-se de uma lógica “natural”, pois, quanto mais terra, maior será a produção e os lucros.

Figura 7 - Distribuição da área e do valor da produção entre os estratos de área em São Francisco



Fonte: Censo Agropecuário 2006

Principais atividades agropecuárias

Vejamos na tabela 6 abaixo, as principais atividades agropecuárias de São Francisco de Itabapoana e a participação dos segmentos familiar e não familiar.

Tabela 6 - Principais produtos agropecuários de São Francisco e participação dos segmentos familiar e não familiar

Atividade	Participação no valor total	Participação no valor da atividade	
		Não familiar	Familiar
Cana-de-açúcar	48,6	65,9	34,1
Abacaxi	15,3	32,8	67,2
Bovinos	8,5	76,3	23,7
Leite	7,3	67,2	32,8
Mandioca	6,9	25,7	74,3
Maracujá	6,2	1,4	98,6
Abóbora, moranga	0,7	86,1	13,9
Coco-da-baía	0,6	88,5	11,5
Aquicultura	0,5	6,4	93,6

Fonte: Censo Agropecuário 2006
Elaborado pela autora

Podemos verificar que a cana de açúcar é o maior produto em termos de produção na categoria não familiar e o abacaxi, segundo produto no ranking, tem destaque na agricultura familiar. Cabe ressaltar que, o abacaxi de São Francisco de Itabapoana ocupa a terceira colocação no país em produção de abacaxi. Fica atrás apenas dos municípios de Alta Floresta, no Pará, e Miranorte, em Tocantins.

Distribuição da terra

Tabela 7 - Distribuição da terra na agricultura familiar de São Francisco de Itabapoana

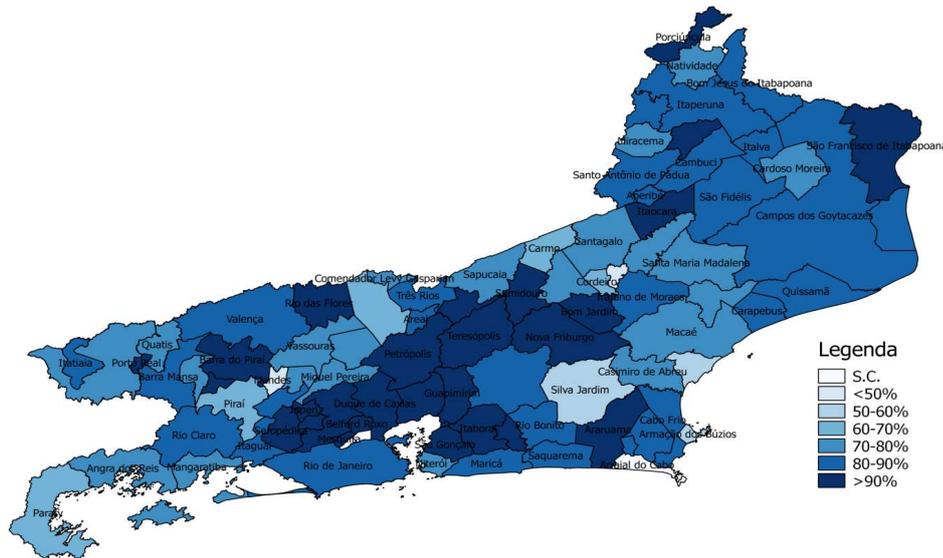
Estratos de área	Distribuição de Frequência (%)		Distrib. Acumulada (%)	
	Estabelecim.	Área	Estabelecim.	Área
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	3,7	0,0	3,7	0,0
De 0,1 a menos de 0,2 ha	2,3	0,1	6,0	0,1
De 0,2 a menos de 0,5 ha	5,7	0,3	11,8	0,4
De 0,5 a menos de 1 ha	7,3	0,8	19,1	1,2
De 1 a menos de 2 ha	12,3	2,6	31,4	3,8
De 2 a menos de 3 ha	14,1	5,1	45,4	8,9
De 3 a menos de 4 ha	7,5	3,8	52,9	12,7
De 4 a menos de 5 ha	9,5	6,5	62,4	19,1
De 5 a menos de 10 ha	17,8	19,7	80,1	38,8
De 10 a menos de 20 ha	12,3	26,1	92,4	64,9
De 20 a menos de 50 ha	7,6	35,1	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006
Elaborado pela autora

Considerando-se que o módulo fiscal do município é de 12ha (BRASIL, 2019), estima-se que cerca de 90% ou mais dos estabelecimentos de agricultura familiar de São Francisco de Itabapoana correspondem a minifúndios, como pode ser observado. Ainda, na figura abaixo o mapa nos mostra que da região norte fluminense, São Francisco de Itabapoana possui a

maior média percentual de existência de minifúndios entre os municípios que compõem a região (Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São João da Barra, Carapebus, onceição de Macabu e Macaé.

Figura 8 - Percentual de minifúndios na agricultura familiar dos municípios do Rio de Janeiro



Fonte: Souza, Souza e Ponciano (2018).

Uso de tecnologia

Tabela 8 – Indicadores de uso de tecnologia na agricultura familiar - Rio de Janeiro, Norte fluminense e São Francisco de Itabapoana

Indicador	% dos Estabelecimentos		
	Rio de Janeiro	Norte Fluminense	São Francisco
Fertilizantes	41,54	27,34	46,37
Químico	35,25	21,96	45,86
Orgânico	33,23	12,23	5,22
Esterco/urina animal	25,34	8,28	1,65
Outros	7,88	3,95	3,56
Irrigação	23,35	10,33	3,09
Agrotóxicos	28,09	14,22	27,63
Energia elétrica	82,39	72,50	57,19
Tratores	5,78	3,06	3,67
Menos de 100 Cv	4,76	2,01	2,34
Mais de 100 Cv	1,13	1,10	1,40

Fonte: Censo Agropecuário 2006
Elaborado pela autora

Podemos constatar na tabela 8 que em relação ao uso de fertilizantes químicos a média utilizada pelo município de São Francisco de Itabapoana (46,37%) é maior que a média do estado (41,54%) e mais que o dobro da média do norte fluminense (21,96%).

Comenta
atualizado

Quanto ao uso de fertilizantes orgânicos o município de São Francisco de Itabapoana (5,22%) apresenta uma média baixa se comparado a média estadual (12,23%) e a média do norte fluminense (33,23%) o que nos sugere a possibilidade de melhorias, tendo em vista o baixo custo deste, acessibilidade e pouco ou nenhum risco de acúmulo tóxico de produtos químicos e sais ao solo, exemplo do esterco e urina animal que em termos de uso os dados mostram uma média baixa no município de São Francisco de Itabapoana (1,65%), no norte fluminense (8,28%) e Estado do Rio de Janeiro (25,34%).

Sobre o uso de mecanismos de irrigação o município de São Francisco de Itabapoana (3,09%) possui uma média baixa se comparado a média do norte fluminense (10,33%) e do Estado (23,35%). Esse indicador pode nos sinalizar baixa capacidade de investimento, características climáticas, do solo, da hidrografia do município e outros.

Quanto ao uso de agrotóxicos podemos observar uma média alta de utilização em São Francisco de Itabapoana (27,23%) que quase se iguala a média estadual (28,09%), ficando o norte fluminense com uma média de 14,22%.

Sobre o uso de energia elétrica a média estadual (82,32%) se apresenta a maior, seguindo da média do norte fluminense (72,50%) e São Francisco de Itabapoana (57,19%) com mais um pouco que a metade de utilização.

No uso de mecanização na agricultura familiar, tomando como exemplo especificamente o uso de tratores, podemos perceber nos três referenciais pesquisados médias de utilização baixas. No estado do Rio de Janeiro apenas 5,78% dos agricultores familiares utilizam-se de tratores, o norte fluminense utiliza-se de 3,06% e o município de São Francisco de Itabapoana, 3,67%.

Condição fundiária do agricultor

Quanto a condição fundiária do agricultor familiar em São Francisco de Itabapoana, vejamos, o que o Censo 2006 nos mostra na tabela 9 abaixo:

Tabela 9 - Condição dos agricultores familiares em relação às terras em São Francisco de Itabapoana

Situação	Participação (%)	
	Estabelecimentos	Área
Proprietário	84,96	91,24
Assentado s/titul. definitiva	0,18	0,14
Arrendatário	5,61	5,37
Parceiro	3,88	2,03
Ocupante	3,53	1,22
Produtor sem área	1,83	-

Fonte: Censo Agropecuário 2006
Elaborado pela autora

Podemos constatar que a maioria dos agricultores familiares em pesquisa realizada pelo IBGE – Censo 2006 em São Francisco de Itabapoana declaram serem proprietários da terra (84,96%). Os demais não considerados legítimos donos da terra compreendem a 13,20%.

Financiamento

Tabela 10 – Estabelecimentos que usam financiamentos - Rio de Janeiro, Norte fluminense e São Francisco de Itabapoana

Fonte dos recursos	Percentual dos estabelecimentos		
	Rio de Janeiro	Norte Fluminense	São Francisco
São provenientes de programas de crédito	4,8	3,1	5,4
PRONAF	4,3	2,7	4,6
Outro programa	0,5	0,4	0,8
PRONAF e outro programa	0,0	0,0	0,0
Não são provenientes de programas de crédito	1,0	0,6	1,0
Total	5,8	3,7	6,4

Fonte: Censo Agropecuário 2006
Elaborado pela autora

Verificamos que em relação aos financiamentos, a média de São Francisco de Itabapoana (5,4%) é maior do que a estadual (4,8%) e a média regional que é de 3,1%.

Serviços de assistência técnica e extensão rural

Comenta
atualizado

Comenta
atualizado

Tabela 11 - Acesso à assistência técnica entre os agricultores familiares - Rio de Janeiro, Norte fluminense e São Francisco de Itabapoana

Situação	Percentual dos estabelecimentos		
	Rio de Janeiro	Norte Fluminense	São Francisco
Recebeu	24,7	16,2	11,2
Ocasionalmente	17,35	10,93	8,92
Regularmente	7,39	5,24	2,30
Não recebeu	75,27	83,83	88,78

Fonte: Censo Agropecuário 2006
Elaborado pela autora

Comenta
atualizado

Podemos perceber, no que se refere a assistência técnica todos os referenciais carecem de atendimento, tendo em vista que, os percentuais são altos de respostas negativas ao recebimento de assistência técnica, sendo São Francisco de Itabapoana o maior índice (88,78%), seguidos do referencial regional (norte fluminense) de 83,83 e o estado do Rio Janeiro com 75,27%.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1 Área de estudo e público-alvo

A coleta de dados que alicerça empiricamente a presente dissertação foi realizada na localidade de Carrapato conhecida também como “Nova Belém” a qual está situada em Maniva - 3º Distrito do município de São Francisco de Itabapoana (Figura 1). O Público-alvo da pesquisa foram produtores de abacaxi da categoria de agricultura família e que são associados a AMPROAC – Associação de moradores e produtores agrícolas de Carrapato.

4.2 Procedimentos para coleta de dados

O processo de coleta de dados foi realizado de forma a atender os objetivos específicos da pesquisa. Neste sentido, a coleta de dados visou identificar as seguintes questões:

- I. As condições gerais em que a produção familiar se desenvolve;

- II. As dificuldades que os agricultores encontram: na produção, na comercialização, no acesso às políticas públicas, entre outras;
- III. A importância das políticas públicas na promoção desses agricultores;
- IV. Os mecanismos que adotam para contornar as dificuldades e permanecerem no campo;
- V. A importância do associativismo para os agricultores.

Em função disso os procedimentos operacionais se basearam em ações distintas e complementares voltadas para a coleta de dados relevantes à situação estudada e que permitissem a obtenção de resultados fidedignos. Seguimos as seguintes etapas:

- (1) Coleta de dados secundários do banco de dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE);
- (2) Coleta de dados primários, através de entrevista semiestruturada.

A opção por abordagem qualitativa para a coleta de dados foi adotada por se considerar que a mesma seria a mais viável no contexto social existente e em período de pandemia de COVID iniciada em março de 2020, o que ocasionou algumas restrições de contato. Outro fator que levou à escolha do método qualitativo foi a flexibilidade intrínseca a esta forma de conduzir pesquisas que, em face do pesquisador trabalhar com pessoas em situações complexas, e comumente não ser conhecido por elas, nem sempre se pode esperar que as pessoas estejam aptas ou colaborativas a atenderem a todos os procedimentos e expectativas do pesquisador (CASSEL E SYMON, 1994).

4.2.1 Entrevistas semiestruturadas

A pesquisa utilizou um roteiro de entrevista semiestruturada, que é definida por Manzini (1991) e Colognese e Melo (1998) como aquela direcionada por um roteiro previamente elaborado, geralmente constituído por questões abertas que permitem flexibilidade à medida que as informações são fornecidas pelo entrevistado. Na condução das entrevistas realizadas nesta pesquisa foram adotados procedimentos de garantia da postura ética (i.e., consentimento livre e informado de todos os participantes, omissão de nome quando solicitado para fins de proteção à identidade, orientação sobre o

objetivo das informações coletadas e a possibilidade da interrupção da entrevista quando desejado).

O roteiro (Apêndice A) foi aplicado a pequenos agricultores familiares de abacaxi que compõem a AMPROAC - Associação de moradores e produtores agrícolas de Carrapato – São Francisco de Itabapoana. O objetivo destas entrevistas foi identificar a percepção dos agricultores acerca dos efeitos (positivos ou negativos) advindos do processo de modernização agrícola; as dificuldades que enfrentam e os mecanismos que adotam para contorná-las.

No caso dos pequenos produtores de abacaxi, o objetivo inicial era aplicar o roteiro em pelo menos 10% do número de membros da AMPROAC, que tem atualmente cerca de 100 associados. Entretanto, dada a dificuldade de acesso ao local, devido aos bloqueios causados pela pandemia de Covid, não foi possível realizar todas as entrevistas, tendo sido efetuadas somente cinco das dez inicialmente planejadas.

Todos os entrevistados que participaram da pesquisa concordaram em conceder a entrevista e, em alguns casos, com a gravação da mesma e ainda, todos assinaram o termo de autorização.

4.2.2 O uso de observação não participante

Outro procedimento foi a observação não participante, materializada durante a realização de visitas a campo. A observação não participante é entendida como uma técnica utilizada por pesquisadores que se inserem em um determinado grupo social, interagindo com os sujeitos, buscando partilhar do seu cotidiano e das situações vividas, mas sem interferir na dinâmica social e práticas vigentes (QUEIROZ *et al*, 2007). Desta forma, um caderno de campo foi utilizado para registrar todas as observações, reflexões e impressões que surgiram durante a pesquisa no campo. Além disso, foi feita uma documentação fotográfica, a fim de oferecer suporte à visualização do local da realização da entrevista.

4.2.3 A combinação de técnicas e o rigor na coleta de dados

O uso de vários procedimentos para a coleta de dados teve como

objetivo aumentar a robustez dos resultados desta pesquisa, por meio da inclusão de mais de uma fonte de informações, articulada à criação de um banco de dados que pudesse permitir o encadeamento das evidências (Tabela 12).

Tabela 12 Objetivos Específicos e Procedimentos Operacionais Correspondentes

TÉCNICAS	OBJETIVO 1	OBJETIVO 2	OBJETIVO 3	OBJETIVO 4	OBJETIVO 5
	Identificar as condições gerais em que a produção familiar se desenvolve	Identificar as dificuldades que os agricultores encontram na produção, na comercialização, no acesso às políticas públicas, e outros	Identificar a importância das políticas públicas na promoção da agricultura local	Identificar a importância do associativismo para os agricultores	identificar os mecanismos que os agricultores adotam para contornar as dificuldades
Levantamento de dados secundários do Censo Agro 2006 (IBGE)	X				
Entrevistas semi estruturadas		X	X	X	X
Observação participante			X	X	
Caderno de Campo			X	X	X
Levantamento teórico conceitual	X	X			

Elaborado pela autora

4.2.4 Procedimentos analíticos

Segundo Bogdan & Biklen (2010), “uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.” Anderson & Kanuka (2003) consideram a entrevista com um método único na **recolha** de dados, por meio

do qual o investigador reúne dados, através da comunicação entre indivíduos.

O perfil dos entrevistados foi previamente selecionado no processo de planejamento da pesquisa, tendo como público, produtores de abacaxi, advindos da categoria de agricultura familiar. Assim sendo, os entrevistados (ao qual serão nomeados como P1, P2, P3, P4 e P5) foram caracterizados, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 13 - Características dos entrevistados

QUANTIDADE	P1	P2	P3	P4	P5
Número de membros da família que trabalham na agricultura familiar	1	4	3	2	2
Número de membros da família que trabalham em atividades não agrícolas	1	-	1	-	-
Número de membros que trabalham na agricultura e atividades não agrícolas	-	-	-	-	-
A renda familiar é toda provida pela agricultura ?	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM

Elaborado pela autora

Na organização do roteiro da entrevista as perguntas foram distribuídas por categorias (temas da entrevista) que atendem aos objetivos propostos. Assim, as categorias foram divididas em:

Tabela 14 - Categorias trabalhadas na entrevista

CATEGORIA 1	Dificuldades
CATEGORIA 2	Políticas públicas agrícolas
CATEGORIA 3	Associativismo
CATEGORIA 4	Estratégias de superação de dificuldades

Elaborado pela autora

Para cada categoria foi elaborado uma pergunta de organização muito simples, de forma que o entrevistado possa respondê-la de forma tranquila e reflexiva. Vejamos na tabela abaixo:

Tabela 15 - Como as perguntas foram distribuídas por categorias

Categoria	Perguntas
1 - Dificuldades	<i>Qual as maiores dificuldades encontradas no trabalho com a agricultura?</i>
2 - Políticas públicas agrícolas	<i>Qual a importância que as políticas públicas tem ou podem ter para o desenvolvimento da agricultura familiar?</i>
3 – Associativismo	<i>Qual a importância do associativismo ?</i>
4- Estratégias de superação de dificuldades	<i>Quais as estratégias ou formas de superar as dificuldades na agricultura familiar? (caso, haja na sua opinião)</i>

Elaborado pela autora

Comenta

Após a conclusão da aplicação do instrumento de coleta, os dados foram reunidos, tratados e relacionados de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram degravadas e colocadas em um banco de dados. Cada entrevista foi ouvida duas vezes, a primeira vez para a sua transcrição completa, e a segunda para verificação da correção da transcrição.

As informações obtidas, a partir da observação não participante, e que foram apontadas no caderno de campo, foram confrontadas com a transcrição das entrevistas para, logo em seguida, se proceder à análise dos dados, no intuito de identificar os possíveis padrões de respostas, foi feito um agrupamento dos dados e das principais variáveis por categoria para possível identificação de padrões entre os diferentes entrevistados. Desta forma, quadros analíticos foram construídos para facilitar a organização das informações. Este passo foi seguido por uma nova análise dos padrões comuns de respostas presentes ou não. Finalmente, as questões foram relacionadas aos resultados, de forma que esses fossem ancorados e permitissem interpretações válidas.

CAPÍTULO 5 - DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após leitura da entrevista e sua codificação (salientar, classificar,

agregar e categorizar). Vejamos trechos da entrevista transcrita, que passamos a apresentar em forma de tabela:

Tabela 16 – Trechos da entrevista transcrita

CATEGORIA	QUESTÃO	P1	P2	P3	P4	P5
Dificuldades	<i>Qual as maiores dificuldades encontradas no trabalho com a agricultura?</i>	“Hoje eu vejo como maior dificuldade a venda. O agricultor leva muito ‘calote’ (...) Na verdade, nós entendemos da ‘porteira para dentro, mas, para fora (...)”	“Temos dificuldade hídrica, sem acesso a irrigação necessária. A venda do produto, nas mãos dos atravessadores, ou muitas vezes perdemos as frutas por falta de compradores”.	“Dificuldade de vender, preços dos insumos, não temos incentivos dos governo.”	“A grande dificuldade que temos na lavoura é que os defensivos, os adubos, o óleo para o trator, tá tudo muito caro (...) a cada dia que passa as coisas aumentam o preço.”	“o principal aqui é o preço dos insumos que estão muito caros (...) a alta do dólar influencia muito nos preços, mas, não influência em nada na venda (...)quem ganha na verdade, com isso é o agronegócio e nós que vivemos de agricultura familiar vendemos aqui para dentro do país(...) E também a gente não tem maquinários, tudo tem que ser pago a terceiros (...)E tem também aqui o problema da monocultura, o povo aqui somente aprendeu a plantar abacaxi e aipim. Há problemas onde a maioria não tem terras legalizadas, são de inventários (...)”

Comenta
desta tab
linhas e v

<p>Políticas públicas agrícolas</p>	<p><i>Qual a importância que as políticas públicas tem ou podem ter para o desenvolvimento da agricultura familiar?</i></p>	<p>“Infelizmente não vemos isso (...) Precisamos de mais apoio (...) a prefeitura aqui não ajuda em nada.”</p>	<p>“Contamos com o (PRONAF) o que impede a exclusão dos pequenos agricultores no mercado. Mas ainda é pouco diante no nosso mercado globalizado. Precisamos de mais investimentos na área da agricultura familiar, o PRONAF é apenas um paliativo.”</p>	<p>“Se nós tivéssemos o apoio dos governos com tecnologia seria muito bom.”</p>	<p>“As políticas públicas poderiam incentivar com máquinas por exemplo(...) No Espírito Santo mesmo, já tem máquinas que trabalham para esse serviço (...) Poderiam ajudar com adubos, qualquer coisa, mas, não tem incentivo nenhum dos políticos(...)</p>	<p>“A gente deveria ter um incentivo de um projeto ou do governo para modificar esse jeito de viver de uma cultura só.” Deveria ter menos burocracia e mais projetos voltados para a área da agricultura familiar como PAA, PNAE (...) Mas, a gente percebe que não é suficiente ainda (...) precisamos de meios para dar garantia de venda ao produtor (...) muitas das vezes, o produtor fica a mercê do atravessador (...) Deveria ter um veículo para nos ajudar nas entregas (...) o que a gente percebe é que as políticas dão mais incentivo aquilo que dá lucro, o agronegócio (...) Percebemos que ano após ano tem-se diminuído as verbas, os incentivos a agricultura</p>
--	---	--	---	---	---	--

Comentário
desta tabela
linhas e v

						familiar.
Associativismo	<i>Qual a importância do associativismo ?</i>	“Foi através da associação que pude desenvolver minha plantação de abacaxi (...) tivemos uma capacitação que mudou toda forma de plantar (...) Já teve momentos que consegui aumentar meus lucros com a ajuda da associação (...)”	“É através na união da nossa comunidade que podemos garantir melhores condições, criando propostas e buscando soluções para o bem coletivo.”	“A sorte de alguns produtores aqui na comunidade e que existe a associação.”	“É muito bom participar da associação, já tivemos muitos projetos como o PAC e o CONAB que foi umas das melhores coisas que ficamos sabendo pela associação (...) Só que hoje não tá tendo nada (...) Mas é legal, é maneira temos uma associação no nosso lugar.	“De extrema importância (...) a gente pode fazer compras conjuntas e vendas também, já tivemos essa experiência na AMPROAC (...) Um produtor sozinho muitas das vezes, não tem como vender.
Estratégias de superação de dificuldades	<i>Quais as estratégias ou formas de superar as dificuldades na agricultura familiar? (caso, haja na sua opinião)</i>	“ Corro atrás, hoje tenho trabalhado com hortaliças também, sem remédio. “	“Infelizmente recorremos aos empréstimos com os bancos, que é o método mais viável para nós.”	“Graças a Deus somos do trabalho colhemos uma lavoura e plantamos outras e assim vamos vivendo.”	“a estratégia que usamos é trabalhar com filhos, esposa para economizar um pouco os gastos. Mas, de resto não temos muita opção não.	“O brasileiro não desiste nunca, com o produtor rural é a mesma coisa(...) quando a gente vai no CEASA no Rio a gente vê produtores enfrentando os mesmos problemas (...) O atravessado r sempre ganha mais que o produtor (...) o agricultor sempre acredita que na próxima lavoura ele vai recuperar aquele prejuízo.

Elaborado pela autora

5.1 Das dificuldades que os agricultores encontram na agricultura familiar

Sobre as dificuldades que os entrevistados apresentaram, podemos

alencar as seguintes questões:

1. Dificuldades na comercialização - 3 respostas;
2. Altos preços dos insumos - 3 respostas;
3. Ter que utilizar de serviços de “atravessadores” - 2 respostas;
4. Problemas hídricos - 1 resposta;
5. Falta de incentivo do governo - 1 resposta;
6. Falta de conhecimento em outras culturas, além do abacaxi e aimpim - 1 resposta.

No Brasil, o censo agropecuário de 2006 revela que o total de estabelecimentos da agricultura familiar foi de uma área de 32% do total de áreas de produção. Já em 2017 o percentual diminuiu e caiu para 23%. São diversos fatores que podem contribuir para essa queda, tais como a dificuldade em manutenção dos descendentes no mesmo negócio, comercialização da produção - que inclui a **logística para escoamento do produto aos centros compradores** e dificuldade em entender os requisitos legais e de clientes. Essa questão foi muito bem explicitada em entrevista realizada com os produtores de abacaxi de São Francisco de Itabapoana. Uma realidade não restrita a essa região do país, mas, que atinge provavelmente todas regiões.

No contexto da comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar normalmente é feita através de intermediários – “os atravessadores” que realizam a operação e vendem para os grandes mercados. Sendo assim, **o pequeno produtor fica refém de uma situação na qual não há empoderamento para gerar opções comerciais distintas.**

Nota-se que o escoamento da produção nem sempre é viável para os pequenos agricultores e o mercado comprador dos maiores volumes não consegue receber os pequenos.

Sobre os elevados preços dos insumos foi também outra dificuldade em destaque pelos entrevistados, um efeito dado pelo monopólio existente das principais empresas existentes no país. Sobre isso lembremos um exemplo da fusão das empresas Bayer e Monsanto em 2016, acontecimento que afetou diretamente os produtores, sobretudo os menos capitalizados.

Comenta
Na sua op
Qual a dif

Comenta
processo
explorad
tema.

Comenta
a estrutur
e vende p
concorrê

Comenta
em funçã
problema
produtos
Mas tem
oligopólio
dos produ

A possível fusão entre Bayer e Monsanto, gigantes produtoras de insumos para a produção agrícola, pode gerar prejuízos para os produtores rurais brasileiros. É o que sugerem as fontes ouvidas pela GLOBO RURAL nesta segunda-feira (23/5). A principal queixa é sobre o oligopólio de grandes empresas, que diminui a concorrência e pode influenciar diretamente os preços de seus produtos. “A concentração piora [se houver a fusão]. A concorrência entre Bayer e Monsanto era positiva para os agricultores. Com a fusão, seria ruim, justamente agora que a Bayer estava crescendo em biotecnologia”, explica Glauber Silveira, da Câmara Setorial da Soja. Ele complementa dizendo que a possível fusão é “frustrante”. “Quanto menos empresas, pior é. Não tem competição. Deveria ter o surgimento de mais empresas, assim como o fortalecimento das que existem, e não empresas grandes desse tamanho. Me dá medo” REVISTA GLOBO RURAL, 2016)

Quanto ao monopólio das indústrias que fabricam insumos à agricultura, lembremos do que DUARTE (2012) nos traz de reflexão sobre a introdução do Capitalismo no campo que modificou a vida dos que dela sobrevivem, criando um modelo homogeneizante. Este conjunto de fatores é que torna o sistema de produção capitalista inviável em longo prazo para alguns agricultores familiares, por ser altamente concentrador e desigual. Nesse aspecto podemos incluir o monopólio das agroindústrias de insumos, equipamentos, maquinários e outros.

Ainda, podemos destacar, uma citação de problemas hídricos na região pesquisada o que torna provavelmente a produção mais custosa. Por fim, destaques, sobre falta de apoio governamental e acesso a conhecimento sobre outras culturas. Estes, no nosso entendimento, podem estar interligados, já que o conhecimento pressupõe assistência técnica pública aos que não possuem condições de arcar com um serviço privado.

5.2 A importância das políticas públicas na promoção desse agricultores

Sobre as políticas públicas agrícolas é consenso entre todos a necessidade de mais apoio e incentivo. Segue as principais respostas:

1. Falta de incentivo, investimento – 5 respostas;
2. Necessidade de ajuda com maquinários, insumos e veículo para transporte da produção – 2 resposta
3. Necessidade de mais programas, projetos voltados a agricultura familiar – 2

respostas;

4. Apoio tecnológico – 2 respostas.

Todos os aspectos apontados pelos entrevistados perpassam pela necessidade de mais investimentos públicos voltados a categoria agricultura familiar, pois, as iniciativas governamentais têm se mostrado, de acordo, com entrevistados, ausentes, ineficientes e burocráticos. Tal postura estatal está em consonância com a tendência neoliberal inaugurada na década de 1990 onde trouxe a redução da intervenção do Estado, desregulamentação das atividades econômicas, privatização de companhias estatais, liberalização dos mercados, entre outros. Como já vimos anteriormente, no caso da agricultura, o neoliberalismo trouxe, conforme aponta, Grisa & Schneider (2014): a liberalização comercial e o desmonte do modelo de intervenção do Estado, implicando em redução do volume de recursos aplicados nas políticas agrícolas, liquidação da política de formação de estoques reguladores e queda nas tarifas de importação de produtos, entre outros. Ressaltando, que mesmo nos governos intitulados neodesenvolvimentistas mais recentes, a tendência neoliberal achou brechas de atuação e segue até os dias atuais com os ajustes econômicos ditados pelas maiores economias do mundo.

5.3 Da importância do associativismo para os agricultores

Todos os entrevistados são associados da AMPROAC – Associação de Moradores e Produtores Agrícolas de Carrapato e vêem no associativismo algo de muita importância, sobretudo, para tomada de decisões conjuntas, realizações de compra e venda de forma coletiva e a participação em projetos e programas que visem o aprendizado. Contudo, a associação ainda, não conseguiu uma sustentabilidade de muitos dos projetos dos quais foram contemplados, através de participações em editais. A maioria foram ações pontuais aos quais não puderam dar continuidade por falta de recursos orçamentários.

Destacam nesses 18 anos de trajetória inserção em programas como PAA, ao qual perderam o direito de participar, após licença estadual ser

cancelada, tendo em vista que, a associação está cadastrada como instituição sem fins lucrativos. Relata o presidente que associação tem a meta de também virar uma cooperativa para facilitar o acesso ao programa e outros. Outro destaque dado é que muitos dos programas e projetos priorizam assentamentos e comunidades quilombolas ficando a inserção da agricultura familiar para última instância.

O presidente da associação também relata que no final do Governo de Dilma a associação disputou com 69 instituições em todo país, e ganhou para execução de um projeto de financiamento do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento para construção da tão sonhada fábrica de sucos. Houve ainda, o apoio da Firjam para elaboração de tal projeto que foi cancelado com a entrada do Governo Temer. De lá para cá eles dizem que as coisas só pioraram. Os editais não são mais abertos e ainda, pouco financiamento e incentivos, associado ao alto preço dos insumos, como adubos e defensivos.

Dos 5 entrevistados, 2 vendem seus produtos na CEASA no Rio de Janeiro, não possuem caminhão e pagam por esse serviço, ao qual a grande maioria não se arrisca ou não conseguem meios financeiros para tal.

5.4 Dos mecanismos que adotam para contornar as dificuldades e permanecerem no campo

Entre os destaques para estratégias de contornar todos os desafios postos, seguem as principais respostas:

1. Tentativa de diversificação da produção – 2 respostas
2. Empréstimos – 1 resposta;
3. Trabalho familiar como estratégia de diminuição de gastos – 1 resposta.

Importante perceber que para além das estratégias apontadas pelos entrevistados (acima), há também algo colocado por todos: “a necessidade de viver e sustentar a família, o fato de não saberem fazer outra coisa e a relação ‘afetiva’ com a terra. A esperança é apresentada como estratégia, lembremos de “P5” quando diz: “o brasileiro não desiste e o produtor também não”. O “associativismo e as relações de ajuda mútua existentes é estratégia”, os

vínculos familiares são estratégias. Há algo que vai além dos interesses econômicos e de sobrevivência familiar. Há cultura, há memórias, há vínculos fortes como forma de resistência. Uma resistência pacífica socialmente, mas, não passiva de críticas e construções de soluções.

P3 - “Graças a Deus somos do trabalho colhemos uma lavoura e plantamos outras e assim vamos vivendo.”

P5 - “ (...) o agricultor vai insistindo, insistindo, porque é o que ele sabe fazer (...) o produtor não faz da lavoura o seu meio de vida somente porque ele é um bom negócio, ele gosta de plantar, ele gosta de produzir, ele é realizado quando produz algo e a lavoura dele produz bem (,,,) mas, ele consegue em meio a muitas dificuldades produzir.”

E assim, conseguimos identificar nas entrevistas que há modos de resistência (“há resistências”), conforme, descrita por Lucas e Hoff (2007, p. 2): “A resistência, na sociedade contemporânea, tem um novo modus operandi: por baixo das linhas de poder e nos intestinos da lógica de produção capitalista novos regimes de força são constituídos, buscando, dentro do possível, interferir nos fenômenos de desigualdade e exclusão.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho mostrou como a imposição da racionalidade técnica e científica na agricultura brasileira trazidas pelo processo de modernização que provocou profundas mudanças nas relações sociais de trabalho no espaço rural, destacando-se a desqualificação, a sub-proletarização e outras formas precarizadas, e o desemprego, redefinindo a subordinação dos trabalhadores a uma *nova* dinâmica. O capital agroindustrial-financeiro internacionalizado incorporou diversos espaços rurais à economia mundial, mediante a monocultura para exportação, especialmente a soja e o milho, a instalação de agroindústrias e a ‘integração’ de grande parcela dos pequenos produtores ao mercado, além da expulsão (desterritorialização) de milhares de famílias, que atualmente aglomeram-se precariamente nos centros urbanos, sendo, pois, esse processo, redefinidor da questão cidade-campo. Lembremos do caso, do

Comenta
 ser melho
 publicado
 indexado
 os resulta
 pesquisa
 Falta prec
 suposiçõe
 linguagem
 resultado

estado do Rio de Janeiro e seu processo radical de desrularização apresentados neste trabalho.

É inegável que a chamada Revolução Verde, iniciada na década de 60, foi um marco na agricultura moderna. Com o **discurso** de acabar com a fome mundial, os mercados agrícolas foram expandidos como verdadeiras corporações que se transformaram em agronegócios. Em contrapartida, a tantas mudanças e por certo, exclusões e desigualdades, aqueles que não conseguiram se inserir nessa nova lógica capitalista se deram conta da necessidade de ampliar a sustentabilidade e com isso a agricultura tradicional foi resgatada e não destruída” como muitos pensaram. Esta, surge com foco na sua própria subsistência e aumento da renda familiar. Novas estratégias aparecem, como exemplo a policultura orgânica, na qual é proibido o uso de maquinário, fertilizantes, inseticidas e alimentos geneticamente modificados.

A década de 1990 inaugura esperanças ao agricultor familiar, programas de incentivos, subsídios para financiamento, órgãos públicos sendo criados para cuidar exclusivamente da categoria agricultura familiar, leis específicas sendo criadas. Um cenário promissor, mas, que não conseguiu alcançar a todos de forma igualitária. As expectativas “caem sobre terra”, pois, as políticas públicas não olharam a agricultura brasileira com todas suas características heterogêneas. As consequências foram o aumento das desigualdades no campo. Ainda, convém destacar que todas as transformações trazidas pela modernização, a partir de 1960 e pela emergência da agricultura familiar como foco de políticas públicas na década de 1990 não modificaram em nada a estrutura fundiária conservadora em nosso país, ou seja, as desigualdades existentes relativos ao acesso à terra.

O país segue, com os movimentos sociais rurais enfraquecidos e com imensas dificuldades para os agricultores. Como vimos em pesquisa de campo realizada com produtores de abacaxi de São Francisco de Itabapoana os desafios são inúmeros, como dificuldades na comercialização, na compra de insumos com altos preços, falta de apoio governamental, burocracias, entre outros. Em meio a isso tudo “formas de resistência” surgem ou resurgem como

estratégias de sobrevivência e manutenção da agricultura familiar. Mas, engana-se quem acredita que os movimentos de resistência somente se constrói no embate direto. Há formas mais sutis e autênticas de organização da resistência como bem explicitado no trabalho e exemplificado pelos produtores de abacaxi de São Francisco de Itabapoana que se unem há 18 anos em uma localidade rural, quase que isolada para se organizarem em uma associação que é referência na localidade de Carrapato de organização de produtores e moradores em geral. Uma instituição que por falta de recursos financeiros se estrutura em “ajudas mútuas”, e em buscas por editais de financiamentos de projetos diversos. Percebeu-se também estratégias de superações individuais que merecem estudos mais específicos dada ao espaço privado onde se dão. Ainda, e não menos importante, as relações hereditárias, culturais, afetivas estabelecidas na relação do homem com a terra, com o lugar. A um orgulho nítido em produzir alimentos que conseqüentemente promovem a vida. Há satisfação no trabalho e nenhuma vontade de deixar a atividade agrícola, e sim desenvolver-se para deixar aos filhos essa herança.

Acreditamos que conseguimos alcançar o objetivo proposto inicialmente que foi compreender e analisar a percepção dos produtores de abacaxi da localidade de Carrapato, acerca dos efeitos (positivos ou negativos) advindos do processo de modernização agrícola. Quanto a esse aspecto, foi nítido a percepção, sobretudo da atuação das políticas agrícolas na atualidade que tem se mostrado um agente de manutenção dos interesses do capital. Ainda, sobre as estratégias de superação, de resistência as dificuldades apresentadas pudemos se apropriar de apenas algumas percepções que merecem um estudo mais aprofundado por se tratar de algo que não está estabelecido de forma explícita e ocorrem no seio do ambiente privado de cada agricultor (o que envolve as necessidades de cada família, da importância que a agricultura exerce a cada uma, das questões relativas a cultura, hereditariedade e outros) e também nos vínculos comunitários (associações, “ajudas mútua, entre outros) que se estabelecem. Nesse sentido, esperamos que possamos contribuir para a trabalhos futuros e complementares a questão da resistência no campo.

Comenta
considera
central do
Como é u
deve ser
desenvolv
Devem ap
No final d
seu estud
que se lin
questioná
novos en

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.

ALENTEJANO, P. R. Evolução do Espaço Agrário Fluminense. Revista GEOgraphia. Ano 7. Nº 13. Rio de Janeiro, 2005.

ALENTEJANO, P. R. R. Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. Tese (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Rio de Janeiro-RJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/CPDA, 188p., 1997.

BALSAN, R. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. Rev. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Anais: EESP – 9º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 2012.

BRUMER, A., SANTOS, J. V. T. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.

CARNEIRO, M. J. “Políticas Públicas e Agricultura Familiar: uma leitura do Pronaf”. Estudos Sociedade e Agricultura, 1997. Apud Alphanbery, Pierre *et al.* Les champs du départ. Paris: La Découverte, 1988.

CARNEIRO, M. J. *et al.* Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, M. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF.

CASSERES, M. B., LOUREIRO, F. E. L., MORAES, L. A. F. A estrutura fundiária do Estado do Rio de Janeiro: uma abordagem sócio-econômica. In: Jornada de Iniciação Científica do Centro de Tecnologia Mineral, XIV, 2006, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2006.

CHAYANOV, A. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CRUZ, J. L. V. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, R. M., SILVA NETO, R. (Org.) Economia

CRUZ, J. L. V. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense in CARVALHO, Ailton Mota de & TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Orgs.). Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro, Garamond. 2006.

CRUZ, J. L. V. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. *Vertices*, v. 9, n. 1, p. 43-50, 2007.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 157-172. ISSN 0103-4014.

DELGADO, Guilherme. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2001, p. 15-52.

DELGADO, Guilherme. Reestruturação da economia do agronegócio anos 2000. In: *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre, RS: UFRGS Editora, 2012.

DELGADO, Guilherme; CARDOSO JUNIOR, José Carlos. Universalização de direitos sociais mínimos no Brasil: o caso da previdência rural nos anos 90. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro. *Anais*. 2000.

DELGADO, Guilherme; JÚNIA, Conceição; JADER, José de Oliveira. Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, n. 0, p. 18-39, 2007.

DELGADO, N.G. Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional. Brasília, II CAMDACONDRAF, 2009. Texto para Discussão.

DELGADO, N.G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78.

FERNANDES, B. M. Reforma Agrária, Pesquisa, e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Delimitação conceitual de campesinato. <http://mst.org.br>. v. 20, 2004.

GAZOLLA, M. & SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2013, vol.51, n.1, pp. 45-68. ISSN 0103-2003.

GAZOLLA, M. & SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2013, vol.51, n.1, pp. 45-68. ISSN 0103-2003

GERARDI, L. H. de O. Algumas reflexões sobre a modernização da agricultura. In: GRAZIANO DA SILVA, J. O novo mundo rural brasileiro. Campinas: Unicamp, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 1999.

GRAZIANO NETO, F. A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 154 p., 1982

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.125-146.

LAMARCHE, H. A Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP. Ed UNICAMP, 1993.

LEMES, K. da C., LEMES, C. da C., FERREIRA, R. F., PAULA, J. S., MATOS, P. F. A modernização da agricultura e os impactos socioespaciais. *Revista Mirante, Pires do Rio*, 1(2): 1-8, 2007.

MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia*, 1(1): 17-40, 2006.

MARTINE, G. A Trajetória da modernização Agrícola: a quem beneficia. *Lua Nova*, n. 23 p.7-37 março 1990. ISSN 0102-6445.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos sociais no meio rural no Brasil contemporâneo. *Revista del observatório social da América Latina/ OSAL*. Ano 1 n°2/ setembro, 2000.p. 37-44.

PEREIRA, V. S. Atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural do estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. PPGPV, UENF, 2010b.

PICOLOTTO, E. L. As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. *Revista Espaço Acadêmico* – nº128 – janeiro de 2012.

PRADO JUNIOR, C. A Questão Agrária no Brasil. In: *Revista Brasiliense*, no.28,1960.

ROSS, J. L. S. (org.). *Geografia do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. *Soc. estado, Brasília*, v. 22, n. 3, p. 715-751, dez. 2007

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, I.M.; Vivien Diesel. (Org.). *Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S. *Agricultura Familiar e Industrialização: Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS- Editora da Universidade, 1999

SILVA, J. G. D., KAGEYAMA, A. A., Romão, D. A., WAGNER NETO, J. A., & SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo "neodesenvolvimentista" e suas funcionalidades ao capital. *Serv. Soc. Soc.* 2013, n.113, pp.86-105.

SOUZA, P. M. de *et al.* Padrão de desenvolvimento tecnológico dos municípios das Regiões Norte e Noroeste do Rio de Janeiro. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2009, vol.47, n.4, pp. 946-969, 2009. ISSN 0103-2003.

SOUZA, P. M. de, LIMA, J. E. de Intensidade e dinâmica da modernização agrícola no Brasil e nas Unidades da Federação. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 795-824, out./dez. 2003.

SOUZA, P. M. DE, PONCIANO, N. J. O perfil da produção agrícola na região Norte Fluminense: uma análise das alterações ocorridas no período de 1970 a 2000. In: Carvalho, A. M. de, Totti, M. E. F. (orgs.) *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, p.169-224. 2006.

SOUZA, P. M. de; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J. *Análise da Distribuição dos*

Financiamentos Rurais entre os Estabelecimentos Agropecuários Brasileiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 2, p. 251-270, 2015.

SOUZA, P. M. de; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J. Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009. *Rev. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 303-313, Sept. 2011.

SOUZA, P. M. de; PONCIANO, N. J.; MATA, Henrique Tomé da Costa. Estrutura fundiária das regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro: 1972 a 1998. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 45, n. 1, p. 71-91, Mar. 2007.

SOUZA, R. F. de, KHAN, A. S. Modernização da agricultura e hierarquização dos municípios maranhenses. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 39, n. 2, p. 81-104, abr./jun. 2001.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. 2, n. 2, p. 21-42, 2005.

TOTTI, M. E. F.; PEDROSA, P. Região Norte Fluminense: terra de contrastes. *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 13-32, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Rev. Econ. Sociol. Rural* vol.52 supl.1. Brasília 2014.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de entrevista realizada junto aos produtores de abacaxi da comunidade de Carrapato, São Francisco de Itabapoana

- 1 - Qual as maiores dificuldades encontradas no trabalho com a agricultura?
- 2 - Qual a importância que as políticas públicas tem ou podem ter para o desenvolvimento da agricultura familiar?
- 3 - Qual a importância do associativismo ?
- 4 - Quais as estratégias ou formas de superar as dificuldades na agricultura familiar? (caso, haja na sua opinião)

ANEXOS

ANEXO I – matéria publicada no site do Folha 1

FOLHA NA FOZ

AMPROAC COMEMORA BENEFÍCIOS

http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/07/na_foz/1222412-amproac-comemora-beneficios.html

JÉSSICA FELIPE 22/07/2017 17:34 - ATUALIZADO EM 25/07/2017 15:58



Agricultura familiar em SFI / Divulgação-Amproac

O dicionário define ‘associativismo’ como a prática de se organizar em associação, ou seja, o movimento que reúne um grupo de pessoas com interesses em comum, sem fins lucrativos. Na realidade, é mais que isso. Esse

formato existe desde o século XIX, com a luta de classe iniciada pelos operários. Desde então, esse tipo de organização trabalha diversos setores: culturais, desportivos, de recreio, educação, ação social, patrimônio, economia, entre outros. Na trajetória do associativismo, muitas questões foram e ainda são levantadas, dos pós aos contras. Em São Francisco do Itabapoana, a comunidade de Carrapato aprovou esse modelo e há 15 anos vem demonstrando sucesso com a Associação de Moradores e Produtores Agrícolas de Carrapato (Amproac).

A Amproac nasceu em 2002 na comunidade de Carrapato, também conhecida como Nova Belém, distrito rural do município de São Francisco do Itabapoana, que abriga cerca de 1.500 moradores. Através da iniciativa de alguns agricultores, incluindo Alaildo Gomes, primeiro e atual presidente da associação, o objetivo do grupo é trazer melhorias à comunidade, destacando a produção agrícola, famosa pelo aipim, maracujá e abacaxi.

Os primeiros anos foram os mais difíceis. Segundo Alaildo, a associação não tinha sede e as atividades eram realizadas com o apoio da escola municipal do bairro e a Igreja Batista de Nova Belém. Para a parte burocrática e documental, o grupo contava com a ajuda e experiência de outra associação. “Desde o início a intenção é servir aos moradores, fossem eles associados ou não. Atividades para as crianças, reuniões com informações para os adultos, eventos religiosos e mais populares, tudo que fizesse conquistar a credibilidade dos comunitários. E assim aconteceu. A Amproac se tornou a maior representatividade do distrito”, disse o presidente Alaildo Gomes.



Moradores de Carrapato em reunião / Divulgação-Amproac

Ele contou que, em 2007, a associação ganhou o 1º edital concorrido para o projeto “Associação em Cena” da Petrobrás e, depois desse, o grupo foi amadurecendo e outras aprovações e financiamentos foram conquistados. De 2010 a 2013, o Programa de Aquisição de Alimento, da Companhia Nacional de Abastecimento, beneficiou 27 famílias da agricultura familiar na localidade. Em 2011, a Amproac se tornou Ponto de Cultura no Estado do Rio de Janeiro, título que carrega até hoje.

Até 2015, através da Secretaria de Cultura do Governo do Estado e o Ministério da Cultura e Governo Federal, realizou o projeto “Nossa Gente, Nossa Cultura”. “Nesse processo, foram desenvolvidas diversas atividades como, o documentário ‘Bolanderia’, teatro, coral, conto de histórias com crianças, trabalhos voltados para as pessoas com deficiência, reaproveitamento de alimentos, grupos de danças, cursos de informática e criação de uma horta comunitária”, contou Alaildo.

A associação também tem participado, desde 2015, do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que garante 30% do valor do programa na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. Para Alaildo Gomes, não há conquista sem luta. Ele fala com muito orgulho dos 15 anos de

trabalho da associação. “Tudo que conquistamos foi com o nosso próprio trabalho. Não somos custeados por nenhuma instituição. A gente se informa, participa de grupos, reuniões e conselhos e acaba trazendo a informação para a comunidade, assim acessamos os editais e somos beneficiados. Os projetos acabam acontecendo por períodos, por que, não temos recurso para mantê-los cotidianamente. Esperamos conquistar muito mais, e que Carrapato traga reconhecimento e valorização para nossa região e atividade, é o que desejo”, considerou o presidente.

Projeto de fábrica de suco em andamento

No momento, a Amproac tem trabalhado em cima do projeto de uma fábrica de suco. Alaildo explica que esse é um sonho antigo: “Por sermos associação, não podemos ter fins lucrativos, por isso, nossa ideia é formar uma cooperativa, que possibilita a geração de renda”.

— O associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas. Podemos destacar dois tipos de organização associativa: a Associação e a Cooperativa. A associação pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica. Já as cooperativas são organizações de pelo menos vinte pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, com gestão democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são diferentes de outras sociedades — esclarece o representante do Sebrae em Campos.

O projeto ainda está no papel e aguarda financiamento de mais um edital. No entanto, o trabalho dos produtores segue a todo vapor na comunidade. Para a fábrica, eles objetivam beneficiar os produtos de todas as formas possíveis, seja como líquido, polpa, ou doce. A meta é estimular a produção local, gerar emprego e trazer visibilidade à São Francisco. Alaildo reforça, que o grande desafio dos pequenos agricultores é lidar com os “atravessadores”. Eles acabam não tendo outra opção de escoagem.

De acordo com o Portal Brasil do Governo Federal, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País. Em São Francisco, a população rural é de mais de 20 mil pessoas, desse número, 90% são produtores.

Atuação também em conselhos municipais

A trajetória da Amproac trouxe para a comunidade de agricultores muito mais que benefícios materiais, hoje eles possuem um espaço de diálogo e participação social, compondo os Conselhos Municipais de Agricultura, Assistência Social e de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente em SFI.

— O principal ganho promovido pelo associativismo é o empoderamento das comunidades tradicionais, que passam a ter mais visibilidade e maior representatividade para reivindicar seus direitos. O associativismo também aumenta a competitividade do grupo no mercado porque permite a compra conjunta de matéria-prima, o que contribui para a redução dos custos de produção e facilita o acesso a novos mercados, fazendo com que o grupo consiga comercializar melhor os produtos de seus associados. Além disso, fortalece o segmento e permite o acesso a políticas públicas específicas para o fortalecimento — ressaltou Gilberto Soares, coordenador regional do Sebrae/RJ no Norte Fluminense.

Alaildo Gomes deseja um futuro próspero para sua comunidade. “Sou até suspeito em falar, mas vejo poucas associações conquistarem o que nós conseguimos. Não estou dizendo que é fácil, mas com luta nos tornamos pioneiros em várias coisas no município, como o Ponto de Cultura. Esperamos muito mais. Hoje nossa esperança é conseguir um projeto contínuo, que traga rentabilidade à comunidade, por isso nos tornaremos cooperativa, se tudo der certo”, disse.

ANEXO II – ESTRADA DO CARRAPATO



Arquivo da autora

ANEXO III – SEDE DA AMPROAC



Arquivo da autora

ANEXO IV – PLANTAÇÃO DE ABACAXI EM CARRAPATO



Arquivo da autora

ANEXO V – OUTROS CULTIVOS EM CARRAPATO



Arquivo da autora



Arquivo da autora